

**PROJETO GESTÃO INTEGRADA DA BACIA DO RIO PUTUMAYO-IÇÁ**

**PLANO DE ENGAJAMENTO DAS PARTES INTERESSADAS  
(STAKEHOLDER ENGAGEMENT PLAN)**

**AGÊNCIA EXECUTORA  
Wildlife Conservation Society - WCS**

**AGÊNCIA DE IMPLEMENTAÇÃO  
Banco Mundial**

**Maio de 2021**

**Bogotá - Colômbia**

## Tabela de conteúdo

<u>Abreviações e Siglas</u>	3
<b>1.</b>	7
<u>1.1.</u>	8
<u>1.2. Descrição do projeto</u>	8
<b>2.</b>	11
<u>2.1. Instrumentos internacionais assinados pelos países</u>	
2.2 Quadro legal por país	11
<u>2.2.1 Participação e acesso à informação</u>	12
<u>2.2.2 Consulta com Povos Indígenas</u>	13
<u>2.1.</u>	15
<u>2.4. Políticas WCS em relação à participação e consulta</u>	15
<u>2.5 Políticas GEF</u>	16
<b>3. Identificação e análise das partes interessadas</b>	<b>16</b>
<u>3.1 Partes afetadas</u>	17
<u>3.2 Grupos vulneráveis e menos favorecidos</u>	19
<u>3.3 Outras partes interessadas</u>	20
<b>4. Estratégia de engajamento das partes interessadas</b>	<b>21</b>
<u>4.1 Fase 1: Informação ao público em geral</u>	22
<u>4.2 Fase 2: Socialização não presencial às partes interessadas</u>	25
<u>4.3 Fase 3: Socialização e diálogo presencial com as partes interessadas.</u>	29
<u>4.4 Participação durante a implementação do Projeto.</u>	31
<b>5. Mecanismo de atenção a queixas e reclamações</b>	<b>32</b>
<u>5.1 O que é queixa e reclamação?</u>	32
<u>5.2 Quem pode prestar queixa ou reclamação?</u>	33
<u>5.3 Como prestar queixa e reclamação?</u>	33
<u>5.4 Como as queixas e reclamações são tratadas?</u>	34
<b>6. Implementação, acompanhamento e monitoramento do SEP</b>	<b>36</b>
<b>Anexos</b>	<b>37</b>
<u>Anexo 1. Lista das Unidades Político-administrativas envolvidas no projeto</u>	37
<u>Anexo 2. Marco legal do Brasil, Colômbia, Equador e Peru, na participação, acesso à informação e consulta livre e informada aos povos indígenas.</u>	37
<u>Anexo 3. Sistemas de governança dos povos indígenas na Bacia do Putumayo-Içá.</u>	38

## Abreviações e Siglas

AAO	Andes Amazônia Orinoquia
AATI ASOAITAM	Associação de Autoridades Indígenas Tradicionais de Tarapacá Amazonas
ACILAPP	Associação de Conselhos e Autoridades do Estado de Putumayo
ACIMA	Associação de Capitães Indígenas de Mirití Amazonas
ACIMVIP	Associação de Conselhos Indígenas do Município de Villagarzón Putumayo
ACIPAP	Associação do Povo Awa.
ACIPSP	Associação de Conselhos Indígenas do Povo Siona.
ACITAM	Associação de Conselhos Indígenas do Trapézio Amazônico
ACIYA	Associação de Capitães Indígenas de Yaigojé-Apaporis
ACT	Amazon Conservation Team
ADAFROCOD	Associação para o Desenvolvimento Afro-Colombiano de La Dorada
AFRO ORITENSES	Associação de Comunidades Oritenses
AFROVILLARBOLENSES	Fundação para a promoção e desenvolvimento das comunidades Afro Villa Arbolenses
AFROASISENSE	Movimento de negros de Puerto Asís pelos direitos humanos das comunidades afro-asiáticas
AFROCOBA	Associação para o Desenvolvimento Afro-Colombiano de Bajo Amarón
AFRODES	Associação das comunidades negras de Puerto Asís
AFROLEGUIZAMO	Associação pelos Direitos dos Afrodescendentes residentes no Município de Leguízamo
AFROMOCOENSES	Associação Afromocoense
AFROPUERTOCOLONENSE	Associação de comunidades de colônias africanas
AFROTESALIA	Fundação para a promoção e desenvolvimento das comunidades afro na Tessália
AFRO-VILLAGARZÓN	Organização da comunidade afro de Villagarzón
AIDSESP	Associação Interétnica para o Desenvolvimento da Selva Peruana
AINZA	Conselho organizado indígena da Zona Arica
AIPEA	Associação de Autoridades Indígenas de Pedrera Amazonas
AIZA	Conselho Indígena Organizado da área de Arica
ALTRÓPICO	Fundação Altropico
AMIT	Associação das Mulheres Indígenas Tikuna
ANA (Peru)	Autoridade Nacional de Águas do Peru

ANA (Brasil)	Agência Nacional de Águas - Brasil
ANDI	Associação Nacional de Industriais (Colômbia)
ANP	Áreas naturais protegidas
APIPOATA	Associação de Produção Pesqueira de Peixes Ornamentais e Artesãos de Tarapacá Amazonas
APKAC	Associação do Povo Kichwa
ASCAC	Associação Comunitária Afro Caicidense
ASMOCUTAR	Associação de Mulheres Comunitárias de Tarapacá
ASOAINAM	Associação de Autoridades Indígenas de Tarapacá Amazonas
ASOCIPCA	Associação de Conselhos Indígenas de Puerto Caicedo.
ASOINGA	Associação dos Conselhos Indígenas Inga de Puerto Guzmán.
ASOMI	Associação de Mulheres Indígenas.
ASOPASTOS	Associação de Autoridades Indígenas dos Pastos
ASOPESTAR	Associação de Pescadores de Tarapacá
ASSCOMAL/Rio Içá	Associação das Comunidades Manejadoras de Lagos do Rio Içá
AUNAP	Autoridade Nacional de Aquicultura e Pesca
AZCAITA	Associação de Conselhos e Autoridades Indígenas de Tradição Nativa do Trapézio Amazônico
AZICATCH	Associação Zonal Indígena de Conselhos e Autoridades da Chorrera
BM	Banco Mundial
CAIOP	Conselho de Autoridades Indígenas de Orito Putumayo.
CEDIA	Centro de Desenvolvimento Indígena Amazônico
CI	Conservation International
CIMTAR	Conselho Maior Indígena de Tarapacá
CLPI	Conservação baseada em direitos e consentimento livre, prévio e informado
COIAB	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
COICA	Coordenador Indígena da Bacia Amazônica
COINPA	Conselho Indígena de Puerto Alegría
CONAIE	Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador
CORPOAMAZONIA	Corporação para o Desenvolvimento Sustentável do Sul da Amazônia
CRIMA	Conselho Regional Indígena do Meio Amazônico
DIREPRO	Direção Regional de Produção do Governo Regional de Loreto

EAGS	Equipe de Administração de Garantias Sociais
ESS/NAS	Norma Ambiental e Social do Banco Mundial (Environmental and Social Standard)
EUA	Estados Unidos da América
FCDS	Fundação para Conservação e Desenvolvimento Sustentável
FECOIBAP	Federação das Comunidades Indígenas do Bajo Putumayo
FECONAFROPU	Federação das Comunidades Nativas de Fronteira do Putumayo
FECONAMAI	Federação das Comunidades Nativas Maiyuna
FECONAMNCUA	Federação das Comunidades Nativas do Meio Napo Curaray e Arabela
FECOTYBA	Federação das Comunidades Tikuna e Yahuas do Bajo Amazonas
FEINCE	Federação Indígena da Nacionalidade Cofán
FEMA	Promotoria Especializada em Assuntos Ambientais
FEPYRA	Federação dos Povos Yaguas do Rio Apayacu
FIKAPIRm	Federação Indígena Kichwa do Alto Putumayo Inti Runa
FUNPRODECAFROCVAG	Fundação para a Promoção e Desenvolvimento das Comunidades Afro-colombianas do Vale do Guamuéz
FWA	Garantia Federal Ampla
FZS	Frankfurt Zoological Society
GAD	Governo Autônomo Descentralizado
GAIA	Fundação GAIA
GILAT	Equipamentos de radiofonia
GOREL	Governo Regional de Loreto
IBC	Instituto para o Bem Comum
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDSMM	Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá
IGP	Instituto Geofísico do Peru
IIAP	Instituto de Pesquisas da Amazônia Peruana
INABIO	Instituto Nacional de Biodiversidade
INP	Instituto Nacional de Pesca
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
IPAAM	Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas
IPIAP	Instituto Público de Pesquisa em Aquicultura e Pesca

IRB	Comitê de Revisão Institucional de Pesquisa com Seres Humanos (Institutional Review Board)
KIPARA	Associação do Povo Embera.
KWE'EX KSA'W	Associação do Povo Nasa.
MAAE	Ministério do Meio Ambiente e Águas do Equador
MADS	Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Colômbia
MGAS	Marco de Gestão Ambiental e Social
MINAM	Ministério do Meio Ambiente do Peru
Minsalud	Ministério da Saúde
MNE	Comunidade do Norte do Equador
MOWACTHA	Associação de Mulheres Indígenas Ticuna da Comunidade de Paranapara I.
MRA	Mecanismo Global de Reparação de Reclamações
NAS	Norma Ambiental e Social do Banco Mundial
NCI	Natureza e Cultura Internacional
OCIBPRY	Organização das Comunidades Indígenas do Baixo Putumayo e Rio Yaguas
OCIMPA	Organização dos Conselhos Indígenas de Puerto Asís
OEFA	Agência de Avaliação e Aplicação Ambiental
OIMA	Organização Indígena do Povo Muruy da Amazônia
OINCE	Organização Indígena da Nacionalidade Cofán do Equador
OINSE	Organização da Nacionalidade Siona do Equador
OISPE	Organização Indígena Secoya do Peru
OKAS	Organização Kambeba do Alto Solimões
ONAMIAP	Organização Nacional de Mulheres Indígenas Andinas e Amazônicas do Peru
ONG	Organização não Governamental
ONIC	Organização Nacional dos Povos Indígenas da Colômbia
ONISE	Organização da Nacionalidade Indígena Siona do Equador
OPIAC	Organização dos Povos Indígenas da Amazônia Colombiana
ORCONEPUL	Organização de Negritudes de Puerto Limón
ORPIO	Organização Regional dos Povos Indígenas do Oriente
OSC	Organizações da Sociedade Civil
OZIP	Organização Zonal Indígena Putumayo
PANI	Associação de Autoridades Indígenas dos Povos Miraña e Bora do Médio Amazonas

PEDICP	Projeto Especial Desenvolvimento Integral da Bacia do Rio Putumayo
PIA	Povos Indígenas em Isolamento Voluntário
PNCBMCC	Programa Nacional de Conservação de Florestas para Mitigação das Mudanças Climáticas
PNN	Parques Naturais Nacionais da Colômbia
PROAmazonia	Programa Integral da Amazônia para Conservação Florestal e Produção Sustentável
RSC	Regional Steering Committee
SANIPES	Agência Nacional de Saúde Pesqueira
SAP	Programa de Ação Estratégica
SEDECTI	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Amazonas (Brasil).
SEMA	Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Amazonas (Brasil)
SEP	Stakeholder Engagement Plan - Plano de Engajamento das Partes Interessadas
SEPA	Secretaria Executiva Adjunta de Pesca e Aquicultura do Amazonas
SEPROR	Secretaria de Estado de Produção Rural do Amazonas (Brasil)
SERFOR	Serviço Nacional de Floresta e Fauna Silvestre
SERNANP	Serviço Nacional de Áreas Naturais Protegidas (Peru)
SINCHI	Instituto Amazônico de Pesquisa Científica
SSMT	Equipe de Gestão de Proteções Sociais
UEA	Universidade do Estado do Amazonas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
WCS	Wildlife Conservation Society
WWF	World Wide Fund for Nature

## 1. Introdução

Este documento apresenta o Plano de Engajamento de Partes Interessadas, ou Stakeholder Engagement Plan - SEP (em inglês) do projeto “Gestão Integrada da Bacia do Rio Putumayo-Içá”. Este documento faz parte do processo de cumprimento das Normas Sociais e Ambientais do Banco Mundial (BM) pela Wildlife Conservation Society (WCS), como agência executora regional do projeto, para atender à Norma 10 do Banco Mundial com a qual se busca garantir o relacionamento adequado com todas as partes interessadas, de forma social e culturalmente adequada. Neste contexto, é apresentada uma análise do enquadramento legal e jurídico da relação com as partes interessadas, incluindo a identificação dos instrumentos internacionais assinados pelos países, o enquadramento legal de cada país e as políticas da WCS, BM e GEF. Adicionalmente, são caracterizadas as partes interessadas e afetadas, considerando a estratégia que será utilizada para promover a sua participação nos processos de socialização e consulta do projeto. Por fim, são definidos o mecanismo de tratamento de queixas e reclamações e as ferramentas de acompanhamento e monitoramento, bem como o pessoal envolvido que dele participará, para a execução das atividades previstas neste documento.

### 1.1. Objetivos do Plano de Engajamento das Partes Interessadas

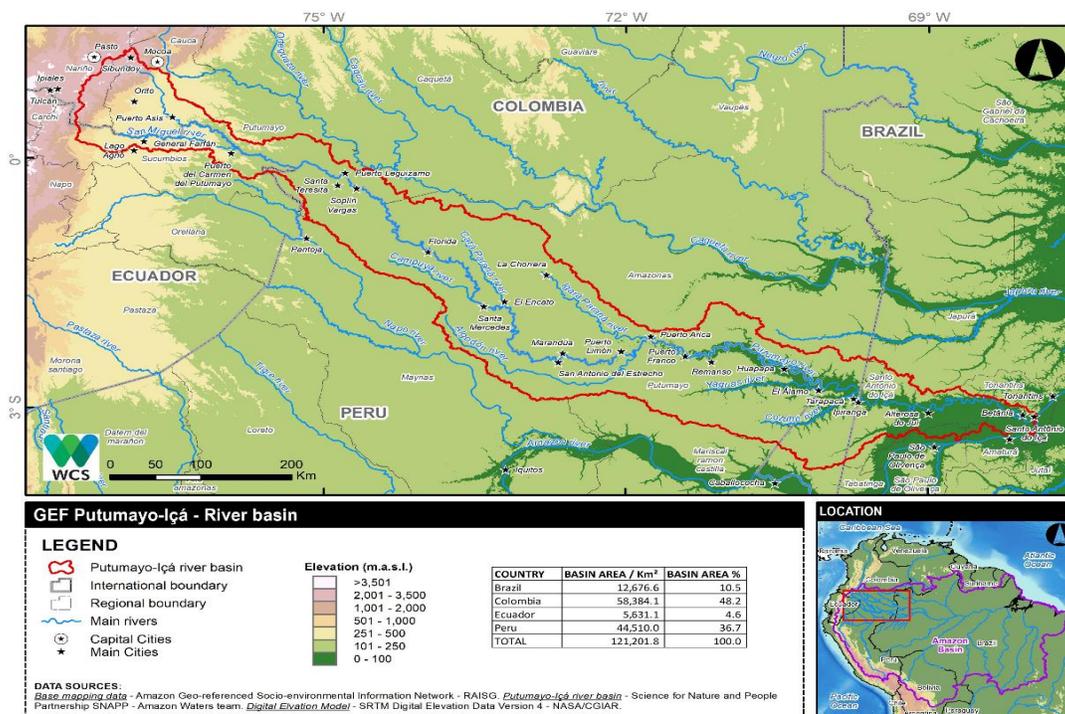
De acordo com a NAS 10, os objetivos do Plano de Engajamento das Partes Interessadas são:

- Estabelecer uma abordagem sistemática no que diz respeito à participação das partes interessadas que ajudará os mutuários a identificar, criar e manter um relacionamento construtivo com eles, especialmente com as partes afetadas pelo projeto.
- Avaliar o nível de interesse e apoio das partes interessadas no projeto, permitindo que suas opiniões sejam consideradas na concepção do projeto e no desempenho ambiental e social.
- Promover, ao longo do ciclo do projeto, a participação inclusiva e efetiva das partes afetadas em relação às questões que possam impactá-las, proporcionando os meios necessários para tal participação.
- Garantir que informações adequadas, acessíveis, oportunas, compreensíveis e apropriadas sobre os riscos e impactos ambientais e sociais sejam divulgadas às partes interessadas.

O documento também leva em consideração a NAS 7 em relação à identificação, caracterização e participação das partes interessadas que pertencem aos Povos Indígenas (Banco Mundial, 2016), bem como a situação da pandemia da Covid-19 e a abordagem de inclusão social estabelecida na diretriz do Banco Mundial sobre as pessoas desfavorecidas e as medidas a ter em conta na situação sanitária devido à pandemia de Covid-19.

### 1.2. Descrição do projeto

O projeto será implantado na Bacia do Rio Putumayo-Içá, o décimo maior afluente do Rio Amazonas, com aproximadamente 2.000 km. Sua bacia cobre 118.000 km<sup>2</sup>, aproximadamente 1,7% da bacia amazônica, nos países da Colômbia, Equador, Peru e Brasil, onde deságua no rio Amazonas, conectando assim a Cordilheira dos Andes com uma intrincada rede de rios, lagos e florestas inundadas (Mapa 1). No caminho, o Putumayo-Içá recebe água dos rios Yaguas e Cotuhé, duas das bacias hidrográficas de maior biodiversidade do mundo. Dos grandes rios da Amazônia, o Putumayo-Içá é provavelmente o único que permaneceu um rio de fluxo livre, dada a ausência de hidrelétricas em seu curso.



Mapa 1 Bacia do Rio Putumayo – Içá.

Em termos político-administrativos, a bacia compreende quatro (4) Estados Nacionais: Brasil, Colômbia, Equador e Peru. Dependendo da ordem político-administrativa de cada país, a área que envolve o projeto atinge de alguma forma quatro departamentos, cinco províncias e a nível local quatro distritos, 29 municípios, 6 cantões e 17 freguesias (Tabela 1, Anexo 1) .

Tabla 1. Jurisdições político-administrativas relacionadas ao projeto

Jurisdições supralocais			Jurisdições locais			
País	Departamentos/Estados	Províncias	Distritos	Municípios	Cantões	Freguesias
Brasil	1			6		
Colômbia	3			26		
Equador		1			6	17
Peru	1	1	4			
<b>Totais</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>32</b>	<b>6</b>	<b>17</b>

Estima-se que aproximadamente 45% da bacia é formada por territórios indígenas dos povos Murui Muina, Bora, Miraña, Ocaina, Kichwa, Yagua, Tikuna, Maijuna, Secoya, Cofan, Cocama, Resigaró, Witoto, Tupi-Guaraní, Peba-Yagua, Quechua e Tucano; organizados em 153 comunidades e 60 reservas (Tabela 2).

Tabla 2. 1 Número de comunidades indígenas e reservas na Bacia do Putumayo-Içá.

País	Comunidades	Reservas
Brasil	55	
Colômbia		60
Equador	19	
Peru	79	
<b>Total</b>	<b>153</b>	<b>60</b>

Além disso, dentro e nas proximidades da bacia média do rio Putumayo - Içá, há conhecimento da presença de 2 povos indígenas isolados (PIA)<sup>1</sup> confirmados no Parque Nacional Natural do Río Puré, e indícios de pelo menos mais 4 povos a serem confirmados. Destes, um está localizado ao sul do rio Putumayo, na fronteira entre a Colômbia e o Peru, e pelo menos três mais ao norte, na bacia hidrográfica dos rios Putumayo e Caquetá, na reserva Predio Putumayo.

Em termos demográficos, a bacia hidrográfica inclui algumas das comunidades mais remotas, economicamente desfavorecidas e vulneráveis e com menor densidade populacional. Em relação a esta última variável, os dados demográficos da região encontram-se parcialmente disponíveis, dado o seu afastamento e a dispersão da informação para além das fronteiras nacionais. No entanto, ficou estabelecido que a densidade populacional total da bacia é <14 habitantes / km<sup>2</sup>, com oscilações entre 75,4 habitantes / km<sup>2</sup> nas capitais municipais colombianas, e menos de 5 habitantes / km<sup>2</sup> no território brasileiro. Estima-se que a população indígena e afrodescendente que será afetada pelo projeto totalize 68.071 pessoas distribuídas por país da seguinte forma (Tabela 3):

*Tabela 3.2 Distribuição da população em comunidades e reservas. Fonte: Censos oficiais.*

<b>País</b>	<b>Número de pessoas</b>
Brasil	8.553
Colômbia	38.436
Equador	15.843
Peru	5.239
<b>Total</b>	<b>68.071</b>

É importante destacar que os povos indígenas habitam a região há milhares de anos e atualmente a maior parte da população vive na parte média da bacia. Na segunda parte do século passado, a parte alta da bacia recebeu grandes fluxos de outros grupos indígenas (Nasa, Awá, Pastos, Emberá-chami, Emberá-katio, Yanakona, entre outros) e de camponeses migrantes e populações afro-colombianas. Alguns desses grupos chegaram à área deslocados pela violência. Seus meios de subsistência tradicionais giram em torno da pesca, caça, produtos florestais madeireiros e não-madeireiros e agricultura, enquanto atividades como a mineração artesanal ilegal e o cultivo de safras para uso ilícito estão aumentando em diferentes áreas.

Neste contexto, o projeto aumentará a capacidade do Brasil, Colômbia, Equador e Peru de trabalharem coletivamente para promover a conservação e o uso sustentável da água e dos recursos hidrobiológicos, mobilizando ações locais, subnacionais, nacionais e multinacionais para uma intervenção integral que fortaleça o conhecimento e a governança na Bacia do Putumayo-Içá. Em particular, trabalhará para fortalecer a capacidade de gestão organizacional das comunidades locais e entidades públicas; facilitar a geração, gestão, disseminação e troca sistemática de conhecimento e informação para todos os setores e níveis de partes interessadas; permitir um diálogo, cooperação e coordenação regionais e transfronteiriços eficazes; promover e apoiar a adaptação, implementação, gestão e monitoramento da eficácia das políticas locais, nacionais e regionais;

---

<sup>1</sup> Povos isolados são "povos ou segmentos de povos indígenas que não mantêm contato regular com a maioria da população e que também tendem a evitar todo tipo de contato com pessoas de fora de seu grupo". Fonte: Amazon Conservation Team, comunicação pessoal; com base nas "Diretrizes das Nações Unidas para a Proteção dos Povos Indígenas em Isolamento Voluntário e em Contato Inicial da Região Amazônica, Gran Chaco e Região Leste do Paraguai: Resultados das consultas realizadas pelo ACNUDH na região: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru e Venezuela"(maio de 2012).

promover diferentes abordagens para lidar com os possíveis efeitos da poluição da água por mercúrio e outros poluentes derivados de atividades legais e ilegais; e identificar e fortalecer a gestão sustentável dos recursos hídricos e ecossistemas, incluindo abordagens baseadas no mercado e não baseadas no mercado. Também apoiará comunidades cujos meios de subsistência foram afetados por doenças e / ou medidas de distanciamento social para prevenir a disseminação da Covid-19, por meio de atividades geradoras de empregos / meios de subsistência, como vigilância comunitária e sistemas de produção. Por fim, destaca-se que as ações relacionadas ao conhecimento tradicional e científico para a tomada de decisão terão abrangência de bacia, porém, os pilotos de investimento serão realizados por meio de subprojetos em locais que já foram priorizados tecnicamente, mas cuja localização exata será determinada durante o projeto.

## 2. Quadro jurídico e legal para as relações com as partes interessadas

Segue abaixo um contexto geral do quadro legal e jurídico para as relações com as partes interessadas em nível internacional e em cada país, bem como de acordo com as políticas e procedimentos estabelecidos pela WCS e pelo Banco Mundial.

### 2.1. Instrumentos internacionais assinados pelos países

Em relação à Participação e ao acesso à informação, os quatro países, a partir de suas respectivas Constituições Políticas, reconhecem a liberdade de expressão, o acesso à informação e a participação do cidadão como direitos dos cidadãos. Com relação à consulta livre e informada aos povos indígenas, os quatro países ratificaram a Convenção nº 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais,<sup>2</sup> que busca que os países garantam o direito dos povos indígenas e tribais de decidirem suas próprias prioridades de desenvolvimento, na medida em que afeta suas vidas, crenças, instituições e bem-estar espiritual e suas terras, e para controlar, na medida do possível, seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural. Indica que os povos interessados devem ser consultados, por meio dos procedimentos apropriados e em particular por meio de suas instituições representativas, sempre que forem previstas medidas legislativas ou administrativas que possam afetá-los diretamente (artigo 6, inciso 1.a).

Por outro lado, a **Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2007)**<sup>3</sup>, estabelece os padrões mínimos de respeito aos direitos coletivos e individuais dos povos indígenas, especialmente seus direitos às suas terras, bens, recursos vitais, territórios e recursos, sua cultura, identidade e língua, emprego, saúde, educação, consulta prévia e determinar livremente seu status político e desenvolvimento econômico.

### 2.2. Quadro legal por país

Atentando para a importância de reconhecer e consolidar a ampla e informada participação dos povos indígenas nas diferentes ações a serem implementadas pelo Projeto Putumayo-Içá, a seguir é feito um diagnóstico do quadro jurídico do Brasil, Colômbia, Equador e Peru, no que se refere à participação, acesso à informação e consulta livre e informada aos povos indígenas, a fim de garantir o caráter participativo do projeto. Este quadro jurídico está consolidado no Anexo 2.

---

<sup>2</sup> Ratificado por 23 países: pelo Peru em 2 de fevereiro de 1994; pela Colômbia em 7 de agosto de 1991; pelo Equador em 15 de maio de 1998; e pelo Brasil em 25 de julho de 2002. Acessado em 14 de outubro de 2020, site da OTI: [https://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=1000:11300:0::NÃO:11300:P11300\\_INSTRUMENT\\_ID:312314](https://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=1000:11300:0::NÃO:11300:P11300_INSTRUMENT_ID:312314)

<sup>3</sup> Adotado pelo Brasil, Equador e Peru em 13 de setembro de 2007.

## 2.2.1 Participação e acesso à informação

### Brasil:

- Constituição Política da República Federativa do Brasil (1988), reconhece a liberdade de expressão e o direito de acesso à informação (Art. 5º), e determina a criação de sistemas de proteção social únicos que envolvem a criação e operação de conselhos gestores municipais, estaduais e federais, promovendo a participação do cidadão nas políticas públicas.
- Lei de Acesso à Informação Ambiental (Lei nº 10.650 / 2003), regula o acesso à informação pública sobre políticas, planos e programas que possam causar impacto no meio ambiente, bem como emergências ambientais, emissões de líquidos e gases, entre outros.
- A Lei das Águas (Lei Federal nº 9.433 / 1997), em relação à participação do cidadão, determina que a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do poder público, usuários e comunidades.
- Lei de Acesso à Informação (Lei Federal 12.527/2011) que trata do direito de todos de receber de organismos públicos a todos os níveis administrativos informações de interesse particular ou coletivo.
- A Lei da Transparência (LC 131/2009) foi criada para divulgar em tempo real as receitas e despesas de cada entidade pública (com um máximo de 24 horas) num website.

### Colômbia:

- A Constituição Política da República da Colômbia (1991), estabelece que é função do Estado facilitar a participação do cidadão na tomada de decisões (Art. 2º) e que a lei organizará as formas e sistemas de participação do cidadão para fiscalizar a gestão pública (Art. 270º). Além disso, garante a participação da comunidade nas decisões sobre o meio ambiente que possam afetá-la (Art. 78º e 79º).
- Lei de Vigilância Cidadã (Lei nº 850/2003), estabelece um mecanismo que permite aos cidadãos e organizações comunitárias exercerem vigilância sobre a gestão pública nas áreas, aspectos e níveis em que os recursos públicos são utilizados no todo ou em parte .
- A Lei da Transparência e do Direito de Acesso à Informação (Lei nº 1.712 / 2014) define o acesso à informação pública como um direito fundamental e regula a forma como as pessoas podem acessar a informação pública.
- Lei Estatutária de Participação (Lei nº 1.757/2015), dita disposições para a promoção e proteção do direito à participação democrática e garante mecanismos de participação no planejamento do desenvolvimento, políticas sociais, convivência e reconciliação cidadã e inclusão da população tradicionalmente excluída (Art. 104º inciso b).

### Equador:

- A Constituição Política do Equador (2008), estabelece o direito de todas as pessoas de acesso livre à informação gerada em entidades públicas ou privadas que manejam fundos do Estado ou desempenham funções públicas (Art. 18º); e o direito de participar na elaboração de planos e políticas nacionais, locais e setoriais, agendas de desenvolvimento e orçamento, promovendo a educação cidadã (Art. 83º, inciso 3, Art. 100º, incisos a, b, c, e).
- A Lei Orgânica de Participação Cidadã (2010) promove e garante o exercício dos direitos de participação cidadã, coletivos, comunidades, povos e nacionalidades indígenas, povos afro-equatorianos e Montubio, de forma destacada na tomada de decisões (Art. 1º), no planejamento e gestão da assuntos públicos (Art. 29º). Estabelece igualdade, interculturalidade, multinacionalidade, paridade de gênero como princípios (Art. 4º).

- Lei Orgânica de Transparência e Acesso à Informação Pública (Lei nº 24/2004), reconhece o acesso à informação pública como um direito das pessoas garantido pelo Estado (Art. 1º, inciso 1), e seus objetivos incluem facilitar a participação efetiva do cidadão na tomada de decisões de interesse geral e sua fiscalização (Art. 2º, inciso f).

#### **Peru:**

- Constituição Política do Peru (1993), estabelece o acesso à informação e o direito dos cidadãos de participar dos assuntos públicos (Art. 2º e 31º), e declara o direito e dever dos vizinhos de participar do governo municipal de sua jurisdição.
- Lei dos Direitos de Participação e Controle Cidadãos (Lei nº 26300/1994), regula o exercício dos direitos de participação e controle cidadãos de acordo com a Constituição (Artigo 1º); apontando entre os direitos de iniciativa na formação de leis e dispositivos municipais e regionais (art. 2º, incisos b e d).
- Lei de Transparência e Acesso à Informação Pública (N ° 27806/2002), promove a transparência dos atos do Estado e regula o direito de acesso à informação.
- Lei-Base do Sistema Nacional de Gestão Ambiental (Lei nº 28245/2005), reforça a participação da sociedade civil na gestão ambiental, para promover a integração das organizações privadas representativas e da sociedade civil na tomada de decisões ambientais.
- Lei Orgânica dos Governos Regionais (Lei nº 27867/2003 e Lei nº 28056/2003): a primeira contém mecanismos para promover a participação cidadã e a transparência pública e a segunda estabelece o quadro do orçamento participativo, e promove o desenvolvimento de mecanismos e estratégias de participação da sociedade civil na programação orçamentária e no monitoramento e fiscalização da gestão dos recursos públicos.

### **2.2.2 Consulta com Povos Indígenas**

Embora os países tenham ratificado a Convenção 169, o desenvolvimento de seus marcos regulatórios em nível nacional e a aplicação do direito de consulta prévia são realizados em diversos níveis e, em geral, são realizados de acordo com os padrões internacionais<sup>4</sup>.

**Brasil:** O país não desenvolveu um quadro regulamentar nacional específico, no entanto, possui alguns regulamentos e procedimentos autônomos que os povos indígenas estão implementando para exercer seus direitos.

- A Constituição Política da República Federativa do Brasil, no capítulo intitulado “Dos Índios” e o artigo 68º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, refere-se aos direitos territoriais das comunidades afro-brasileiras.
- Decreto Legislativo que ratifica a Convenção 169 (Decreto nº 143/2002).
- Protocolos autônomos de consulta desenvolvidos por povos indígenas, com base em seus direitos à autonomia e autodeterminação<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> IWGIA (2019). Protocolos autônomos para consulta prévia. Novos caminhos para a autodeterminação dos povos indígenas na América Latina. Consulta em 6 de novembro de 2020. link: [https://www.iwgia.org/images/documentos/Protocolos\\_autonomicos\\_de\\_Consulta\\_Previa.pdf](https://www.iwgia.org/images/documentos/Protocolos_autonomicos_de_Consulta_Previa.pdf).

<sup>5</sup> Protocolos específicos de consulta: Povo Wajãpi, Povo Munduruku, Juruna (Yudjá) da Terra Indígena Paquichamba da Volta Grande do Rio Xingu, Indígenas do Território do Xingu, Waimiri Atroari, Kayapó-Menkragnoti associado ao Instituto Kabu, Montanha Mangabal, Krenak, Indígenas Munduku e Apiaká do Planalto Santareno, Tekoa Itaxi Mirim - Guarani Mbya, Quilombolas de Jambuaçu Moju, Comunidades Pimental e São Francisco, Quilombolas de Abacatal / Aurá.

**Colômbia:** A consulta prévia foi implementada por meio de normas setoriais e instrumentos jurídicos sobre o assunto, desenvolvidos pela Corte Interamericana de Direitos Humanos - CIDH e pela Corte Constitucional. Alguns povos indígenas e comunidades afrodescendentes estabeleceram protocolos de relacionamento com estratégias para o exercício dos direitos de consulta, considerando que existem diferenças entre os povos que dificultam a padronização de um processo regido por uma lei geral. No entanto, esta iniciativa não é apoiada pela Diretoria de Consulta Prévia do Ministério do Interior<sup>6</sup>.

- Constituição Política da Colômbia, artigos 1, 7, 63, 287, 329 e 330, com disposições sobre os direitos dos povos indígenas e o direito à consulta prévia.
- Lei que aprova a Convenção 169 (Lei 21/1991)
- Leis setoriais: A Lei Geral do Meio Ambiente nº 99/93 estabelece que a exploração dos recursos naturais deve ser considerada em consulta às comunidades indígenas e afrodescendentes. A Lei 70/1993 reconhece as comunidades negras como etnia e prevê sua participação no desenho, elaboração e avaliação de estudos de impacto ambiental, socioeconômico e cultural. E o Decreto nº 1.320 regulamenta a consulta prévia às comunidades indígenas e negras para a exploração dos recursos naturais em seus territórios.
- Decreto nº 1397/1996, cria a Comissão Nacional de Territórios Indígenas e o Conselho Permanente de Coordenação (MPC, em espanhol) com as organizações indígenas e prevê como uma de suas funções pactuar sobre o procedimento transitório e o que é necessário para participação, acordos e consulta com povos indígenas específicos, enquanto o decreto regulamentar é emitido.
- Portaria nº 001/2010, que estabelece as ações que requerem consulta, as que não requerem, e os mecanismos para a sua realização.
- O Decreto 2.893 / 2011 cria a Diretoria de Consulta Prévia no Ministério do Interior, encarregada de dirigir os processos de consulta.
- Decreto 2.613 / 2013 e Diretriz Presidencial 10/2013 que buscam a articulação das instituições públicas em torno da Diretoria de Consulta Prévia, e indiretamente regulamentam a consulta prévia.
- Sentença do Corte Constitucional T-063/19

**Equador:** O direito à consulta prévia é reconhecido na Constituição Política. Existem também normas e regulamentos setoriais que reconhecem este direito e a Corte Constitucional do Equador estabeleceu critérios a serem observados nos processos de consulta. Existe um projeto de lei sobre consulta prévia, que tem sido criticado pela falta de participação dos povos indígenas.

- Sua Constituição Política, nos artigos 56, 57 e 398, consagra o direito à consulta prévia.
- Resolução N ° 304/1998 que ratifica a Convenção 169.
- O Decreto 1247/2012 dita o regulamento para a execução de consulta prévia livre e informada nos processos licitatórios e alocação de áreas e blocos de hidrocarbonetos. No entanto, uma análise efetuada pela Fundação para o Devido Processo indica que o Decreto contém algumas disposições incompatíveis com as normas internacionais, entre outras, circunscreve a consulta como instrumento de participação e informação. (OXFAM, 2018)<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> Argumenta-se que causaria a desagregação dos processos e que o tratamento diferenciado para cada município é garantido com a pré-consulta. No entanto, a análise do IWGIA (2019) considera que os protocolos regionais enfocam os direitos à autonomia e autodeterminação, e não nas diretrizes dos processos de consulta prévia.

<sup>7</sup> Fundação para o Devido Processo, OXFAM. 2018. Implementação da Consulta e Consentimento Prévio Livre e Informado. Experiências comparativas na América Latina e discussões sobre uma lei consultiva no México. Acessado em 6 de novembro de 2020, site da Foundation for Due Process:

[http://www.dplf.org/sites/default/files/informe\\_sobre\\_consulta\\_y\\_cpli\\_mexico\\_final\\_web.pdf](http://www.dplf.org/sites/default/files/informe_sobre_consulta_y_cpli_mexico_final_web.pdf)

- Regras e regulamentos setoriais que reconhecem o direito à consulta:
  - Lei Orgânica dos Recursos Hídricos, Usos e aproveitamento da Água em seu artigo 58º.
  - Lei Orgânica da Participação Cidadã em seus artigos 81 ° a 83 °.
  - Lei de Mineração em seus artigos 87 ° a 91 °.
  - Código Orgânico de Organização Territorial em seu artigo 141 °.
  - O Decreto 1247/2012 estabelece a regulamentação da Consulta Prévia, Livre e Informada nos processos de licitação e alocação de áreas e blocos de hidrocarbonetos.
  - O Decreto 1040, que se refere às regras de participação previstas na Lei de Gestão Ambiental e as regulamentações do Ministério do Meio Ambiente, e aplica-se a outros projetos de desenvolvimento em outros setores da economia.

**Peru:** A consulta prévia é exercida com uma lei específica e seus regulamentos. Além disso, a Corte Constitucional Peruana reconhece o caráter vinculante da jurisprudência da Corte Interamericana e dos pronunciamentos da OIT. O cumprimento das normas internacionais na aplicação do direito à consulta prévia é baixo, por exemplo, em relação à forma como são determinados os projetos ou normas que devem ser consultados.

- A Constituição Política do Peru, seus artigos 2, 19, 88, 89, 149 e 191 referem-se aos direitos dos povos indígenas, que servem de base para a consulta prévia.
- Resolução Legislativa N ° 26253/1993 que aprova a Convenção 169. Entrou em vigor em 1995.
- Lei sobre o direito de consulta prévia aos povos indígenas ou nativos (N ° 29785/2011)
- Regulamento da Lei do Direito à Consulta Prévia dos Povos Indígenas ou Nativos (Decreto Legislativo nº 001-2012-MC / 2012)

### **2.3. Políticas do Banco Mundial**

O Banco Mundial desenvolveu políticas e normas ambientais e sociais para apoiar projetos nos países beneficiários<sup>8</sup>. No que se refere à divulgação de informações, consulta e participação das partes interessadas, estabelece que o país receptor dos recursos deve fornecer informações suficientes sobre os possíveis riscos e impactos do projeto nos termos das especificações estipuladas na Norma Social Ambiental - NAS 10, observando que o envolvimento das partes interessadas deve ser proporcional aos riscos e impactos aos quais as comunidades afetadas estão sujeitas<sup>9</sup>. Além disso, reconhece a importância da interação aberta e transparente com as partes interessadas afetadas, estabelecendo disposições para participação durante a formulação e execução do projeto por meio de processos de consulta significativos que permitem que as partes interessadas expressem suas opiniões e o Mutuário as considere e responda. Por fim, estipula que cada Projeto deve ter um mecanismo específico de tratamento de queixas e reclamações, que pode incluir mecanismos formais e informais e arranjos que permitam que as preocupações sejam atendidas de forma rápida e eficiente, com relevância cultural e sem custo ou retribuição.

### **2.4. Políticas WCS em relação à participação e consulta**

As políticas e procedimentos usados pela WCS são projetados para garantir que as ações de conservação sejam consistentes com as melhores práticas de salvaguarda social e cumpram os

---

<sup>8</sup> Banco Mundial (2016). Estrutura Ambiental e Social do Banco Mundial. Acessado em 21 de outubro de 2020, site do BM: <http://pubdocs.worldbank.org/en/345101522946582343/Environmental-Social-Framework-Spanish.pdf>

<sup>9</sup> O Banco Mundial pode participar de atividades de consulta para compreender as preocupações das partes afetadas e a forma como o Mutuário as abordará na concepção do projeto e medidas de mitigação, supervisionando sua implementação (Banco Mundial, 2016 )

padrões internacionais de direitos humanos, como o Quadro Ambiental e Social do Banco Mundial, a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas e o Relatório Belmont sobre princípios éticos e diretrizes para a proteção de seres humanos em pesquisa. Isso inclui a criação de alianças eficazes e duradouras com os povos indígenas e comunidades locais, com base em seus direitos à terra e aos recursos e garantindo sua plena participação por meio do processo de Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI) nas decisões relacionadas com a gestão dos recursos naturais regidos pelo Estado, garantindo que os mesmos não sejam deslocados involuntariamente, física ou economicamente. Por outro lado, a WCS aprovou em 2009 o documento “Conservação e Direitos Humanos: Um Marco de Ação”<sup>10</sup>, com um conjunto de princípios sobre o respeito e promoção dos padrões mundiais de direitos humanos no curso de seu trabalho de conservação, destacando a participação das partes interessadas como um componente fundamental.

## 2.5 Políticas GEF

Desde 1996, o GEF adota uma Política de Participação Pública<sup>11</sup> que contém disposições para garantir a participação da sociedade civil nos projetos que financia. Como parte de seus princípios, indica que a participação pública efetiva deve contribuir para a sustentabilidade social, ambiental e financeira dos projetos, cabendo ao país e ao Órgão Executor garantir a participação pública, dotando-o de orçamento para o projeto. Também indica que a participação pública inclui a divulgação de informações, consultas e a participação dos atores, entendendo-se estes como as pessoas, grupos ou instituições que têm interesse nos resultados de um projeto ou que podem ser afetados por eles<sup>12</sup>.

## 3. Identificação e análise das partes interessadas

Para efeitos do presente documento, de acordo com a NAS 10 do BM (Banco Mundial, 2016), entende-se por "Parte Interessada" os indivíduos ou grupos que:

- a) são ou podem ser afetados pelo projeto (**partes afetadas pelo projeto**), incluindo partes que provavelmente serão afetadas por impactos reais ou riscos potenciais em seu ambiente físico, saúde, segurança, práticas culturais, bem-estar ou meios de subsistência. Essas partes interessadas podem incluir indivíduos ou grupos, bem como comunidades locais,
- b) São mais propensos a serem afetados pelos impactos do projeto ou podem ser mais limitados do que outros em sua capacidade de colher os benefícios do projeto (**grupos vulneráveis e menos favorecidos**),
- c) Eles podem ter interesse no projeto (**outras partes interessadas**), o que pode ser devido à sua localização, características, impactos ou aspectos relacionados ao interesse público. Eles podem incluir, por exemplo, reguladores, funcionários públicos, o setor privado, a comunidade científica, acadêmicos, organizações de mulheres, outras organizações da sociedade civil e grupos culturais.

---

<sup>10</sup> WCS (2009). Conservação e Direitos Humanos: Um Marco de Ação. Recuperado em 21 de outubro de 2020, do site WCS: <https://www.wcs.org/about-us/literature/conservation-and-human-rights>

<sup>11</sup> GEF (2015). Política de Participação Pública em Projetos Financiados pelo Global Environment Facility (GEF). Acessado em 21 de outubro de 2020, website GEF: [https://www.thegef.org/sites/default/files/documents/Public\\_Involvement\\_Policy\\_Spanish\\_Feb\\_18\\_2015\\_0.pdf](https://www.thegef.org/sites/default/files/documents/Public_Involvement_Policy_Spanish_Feb_18_2015_0.pdf)

<sup>12</sup> Os atores incluem o Governo do país beneficiário, as entidades executoras, as entidades encarregadas de realizar o projeto, os grupos que são contratados para realizar as atividades do projeto e / ou consultados nas diferentes fases, os beneficiários, os grupos de pessoas que podem ser afetadas e outros grupos da sociedade civil que podem ter interesse no projeto (Banco Mundial, 2016).

### 3.1 Partes afetadas

Foi identificado um total de 83 organizações de base que representam povos indígenas, afrodescendentes, artesãos, mulheres e pescadores (Tabela 5). Em relação às comunidades indígenas, o SEP responderá aos níveis de organização das comunidades e reservas com o objetivo de atingir as organizações de primeiro nível (nível comunitário), envolvendo também os níveis superiores da organização (Tabela 6). O projeto reconhece que dentro de cada um destes grupos populacionais, existem outros grupos mais vulneráveis e desfavorecidos, tais como jovens, adultos mais velhos ou pessoas com deficiência, que devem ser identificados em detalhe em cada uma das três fases de socialização que foram contempladas.

Nota-se que a implementação do Projeto será baseada no respeito pela organização dos povos indígenas e afrodescendentes da Bacia, que têm uma liderança tradicional para a tomada de decisões nos seus territórios através dos seus Conselhos de Anciãos, Governos Territoriais, entre outros, que serão identificados e caracterizados durante os diálogos realizados nos processos de socialização.

Tabela 5. Número de organizações de base segundo o setor que representam por país.

Tipo de ator social	País				
	Brasil	Colômbia	Equador	Peru	Total
Povos indígenas	4	17	2	6	29
Pessoas afrodescendentes		19			19
Pescadores	4	3		7	14
Mulheres	4	4	1		9
Artesãos	1 <sup>13</sup>				1
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>43</b>	<b>3</b>	<b>13</b>	<b>72</b>

Tabela 6. Níveis de organização das comunidades e reservas indígenas.

País	Níveis orgânicos			
	Primeiro nível	Segundo nível	Terceiro nível	Total
Brasil	55	8	5	68
Colômbia	15	1	44	60
Equador		19		19
Peru	32	47		79
<b>Total</b>	<b>102</b>	<b>75</b>	<b>49</b>	<b>226</b>

Na área do projeto, as organizações que representam um maior número de comunidades ou reservas por país são: FECONAFROPU e FECOIBAP, no Peru; OZIP, na Colômbia e FEINCE no Equador (Tabela 7). É preciso considerar que muitas comunidades não são representadas por essas organizações e será necessário alcançá-las na medida em que forem afetadas pelo projeto.

Tabela 7. Lista de organizações indígenas por país.

País	Organizações indígenas
<b>Equador</b>	FEINCE (representa 14 comunidades Cofán) e ONISE (representa 5 comunidades Siona).

<sup>13</sup> Centro de Artesanato Indígena Tikuna Içaense.

<b>Brasil</b>	<b>COIAB</b> , ACISPO, AMIT, OKAS, ACIK, FOCCIT, Federação Kokama Kukamira, Associação Kaixana, Instituto Ngütapa, Bet.ânia-Mekünare, Organização Indígena dos Kokama do Amazonas, Ass. Vila Alterosa, Ass. Vila Betânia
<b>Colômbia</b>	ACILAPP, ACIMA, ACITAM, AIZA, ASCINVAGUA, ASOAIMTAM, ASOCIPCA, ASOPASTOS, AZCAITA, AZICATCH, CIMTAR, COINPA, CRIMA, OIMA/CIMPUM, OZIP, OPIAC, PANI.
<b>Peru</b>	FECONAFROPU (representa 23 comunidades); FECOIBAP (10 comunidades); FECONAFROPU / FEKIMMEP (7 comunidades); OISPE (3 comunidades); OCIBPRY (3 comunidades); FECONAMNCUA (2 comunidades); OISPE (2 comunidades)

Em nível regional, as organizações indígenas são representadas pelo Coordenador Indígena da Bacia Amazônica (COICA) e em nível de país são AIDSESP (Peru), ONIC (Colômbia), CONAIE (Equador) e COIAB (Brasil). Esses sistemas de governança, expressos nos organogramas do Anexo 3, constituem o canal do processo de engajamento.

Em relação à população afrodescendente na Bacia, para a Colômbia existem 19 organizações (Tabela 8). Para Peru (Loreto) e Brasil, é relatado um percentual mínimo da população que se identifica como afrodescendente (4% da população de Santo Antônio do Içá, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), mas não há territórios próprios registrados ou organizações estabelecidas. Para o Equador, ainda não há informações que permitam identificar se existem comunidades afrodescendentes especificamente assentadas na Bacia. Esta informação será verificada no início da implantação do Projeto em campo.

*Tabela 8. Organizações que representam a população afrodescendente na Colômbia.*

<b>Organização</b>	<b>Número de pessoas que elas representam</b>
Afromocoenses	1315
AFROPUERTOCOLONENSE	394
AFRODES	986
AFRO ORITENSES	1253
ASCAC	3084
ADAFROCOD	172
AFROCOBA	126
AFROLEGUIZAMO	1642
Afrotésalia	578
AFRO VILLARBOLENSES	587
FUNPRODECAFROCVAG	976
AFROASISENSE	992
Organização da comunidade afro de Villagarzón	1040
ORCONEPUL	1509
Conselhos comunitários: Ranchería, San José de los Pinos, Tesalia, Versabal e Puerto Limón.	
<b>Total geral</b>	<b>14654</b>

Outras estruturas organizacionais importantes são os representantes dos pescadores artesanais: 4 associações no Brasil, 3 na Colômbia e 7 no Peru (Tabela 9). Para o Equador, não foram encontradas associações registradas, informação a ser validada na implementação do projeto em campo. É importante mencionar que na área do projeto existem também vários grupos associados a

atividades agrícolas, pesqueiras e produtivas; contudo, esta informação precisa de ser clarificada e validada em campo durante a implementação do projeto.

*Tabela 9. Organizações que representam associações ou colônias de pescadores artesanais no Brasil, Colômbia e Peru.*

País	Organização
Brasil	ASSCOMAL/Rio Içá (representa 76 pescadores), Associação de Pescadores de Santo Antônio do Içá, Colônia de pescadores de Santo Antônio do Içá e Organização Kambeba do Alto Solimões – OKAS (representa 5000 pescadores)
Colômbia	Associação de Pescadores do Rio Putumayo em Puerto Asís, ASOPESTAR e APIPOATA
Peru	Associações de Pescadores e Processadores Artesanais - APPA: Arahua, Fronteras Vivas, Lleego, Los Bufeos del Yaguas, Los Catalanes del Putumayo, Los Cocodrilos, Los Delfines del Muntúm.

### 3.2 Grupos vulneráveis e menos favorecidos

Conforme indicado anteriormente, na Bacia do Putumayo-Içá existem povos indígenas que não estão representados pelas organizações apresentadas na Tabela 7. Além disso, no Auto 004 de 2009, o Tribunal Constitucional da Colômbia identificou que os povos indígenas Siona, Murui, Kichwa, Awa, Korebaju, Embera Chami, Inga, Camëntsá, Kofán, Nasa, Yanacona e Pijaos que vivem no departamento de Putumayo, na fronteira com o Equador, estão em risco de extermínio físico e cultural como resultado do conflito armado colombiano e dos impactos ambientais relacionados com a expansão de culturas ilícitas, atividades extrativas e a exploração de hidrocarbonetos. Isso pode aumentar sua vulnerabilidade e limitar sua capacidade de se expressar, participar e se beneficiar do projeto. Conseqüentemente, será garantido o estabelecimento de canais de comunicação direta com as comunidades que possam ser afetadas de alguma forma pelas atividades do Projeto, de acordo com as suas estruturas organizacionais (Conselho de Idosos, etc.). Reconhecimento de alertas rápidos sobre os riscos de extinção dos povos indígenas e as medidas de proteção levadas a cabo nos territórios; coordenação com outras entidades e iniciativas que desenvolvam atividades para a proteção dos direitos dos povos indígenas.

Por outro lado, as mulheres indígenas na América Latina frequentemente enfrentam diversas e sucessivas formas de discriminação histórica que se combinam e se sobrepõem, expondo-as a uma maior vulnerabilidade em todos os aspectos de sua vida diária. Segundo a CEPAL (2015), evidencia-se que as mulheres indígenas vivenciam maior incidência de pobreza, recebem menor renda, têm pouquíssimas oportunidades de acesso ao mercado de trabalho, menor escolaridade, o que resulta em altos índices de analfabetismo, menos anos de expectativa de vida, maior mortalidade infantil e materna, bem como menor acesso a saneamento e água potável<sup>14</sup>. Também enfrentam acesso limitado a programas e serviços sociais, pouca participação em processos políticos e marginalização social, de modo que sua voz e participação costumam ser limitadas, além da escassez de leis e políticas públicas voltadas para o atendimento de seus problemas particulares<sup>15</sup>. Isso apesar de as mulheres indígenas serem reconhecidas como protetoras e guardiãs dos valores culturais e garantidoras da permanência de seus povos. Neste contexto, o Projeto buscará reconhecer as contribuições, capacidades e potencialidades das mulheres indígenas como agentes ativos de

<sup>14</sup> Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL. 2014. Mulheres Indígenas. Novos protagonistas para novas políticas. Divisão de População e Divisão de Assuntos de Gênero. Editorial CEPAL. 34 p. link: [https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/36779/1/S2014351\\_es.pdf](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/36779/1/S2014351_es.pdf)

<sup>15</sup> Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). 2017. Mulheres indígenas e seus direitos humanos nas Américas. p.157. ISBN 978-0-8270-6658-8. En: <http://www.oas.org/es/cidh/informes/pdfs/MujeresIndigenas.pdf>

mudança, promovendo sua participação e a de suas organizações, entre as quais estão as seguintes (Tabela 10)<sup>16</sup>:

*Tabela 10. Organizações de mulheres no Brasil, Colômbia e Peru.*

País	Organização
Brasil	Associação das Mulheres Indígenas Ticuna (AMIT) de Porto Cordeirinho
	Associação dos Witotas do Alto Solimões.
	Organização Geral das Mulheres Indígenas Tikuna do Alto Solimões.
	MOWACTHA - Associação de Mulheres Indígenas Ticuna da Comunidade de Paranapara I.
Colômbia	Grupo de mulheres conhecedoras Nimaira Uaii Jagiyi Nimaira Uaii Jagiyi.
	Associação de Mulheres Indígenas Ariana da Comunidade de Puerto Nuevo.
	Associação de Mulheres da Comunidade de Tarapacá - ASMUCOTAR.
	Associação de Mulheres Indígenas ASOMI.
Peru	Organização Nacional das Mulheres Indígenas Andinas e Amazônicas do Peru - ONAMIAP

Para o Equador, não foi encontrada nenhuma informação relacionada com associações de mulheres, o que será validado no âmbito da implementação do projeto.

Reconhecendo a situação das mulheres em geral na Bacia, o Projeto tem um Plano de Ação de Gênero que irá promover uma abordagem sensível ao gênero, tendo em conta as necessidades particulares, prioridades, estruturas de poder, estatuto e relações entre homens e mulheres para as abordar na concepção, implementação e avaliação das atividades. Desta forma, procura assegurar que mulheres e homens tenham oportunidades iguais de participação e obtenham os benefícios adequados para o seu empoderamento.

Por fim, conforme mencionado anteriormente, foi identificada a presença de povos indígenas em isolamento voluntário na Bacia. Essas comunidades são afetadas, entre outros fatores, pelos resíduos de mercúrio depositados nos rios pela mineração ilegal realizada em algumas áreas da bacia, que geram alta contaminação nos peixes que são posteriormente consumidos por seus habitantes. Neste sentido, estes povos são considerados como uma população vulnerável, sendo uma prioridade para o Projeto as considerações definidas na NAS 7, orientadas para tomar medidas apropriadas para reconhecer, respeitar e proteger as suas terras e territórios, ambiente, saúde e cultura, bem como medidas para evitar qualquer contacto indesejado com eles como consequência do projeto.

### 3.3 Outras partes interessadas

As partes interessadas e seus papéis são apresentados na Tabela 11. Destaca-se que algumas dessas partes estarão diretamente envolvidas na implantação do empreendimento, conforme segue:

*Tabela 11. Partes interessadas do projeto e funções.*

Setor	País	Organizações	Papel ( função)
	Brasil	SEMA	

<sup>16</sup> De La Cruz, P. 2015. Feiras Chagras na Amazônia colombiana, contribuições aos conhecimentos tradicionais e intercâmbio de produtos de associações indígenas e mulheres de Tarapacá. 218 p. En: [https://www.researchgate.net/publication/287205299\\_Ferias\\_de\\_Chagras\\_en\\_la\\_Amazonia\\_colombiana\\_contribuione\\_s\\_a\\_los\\_conocimientos\\_tradicionales\\_y\\_al\\_intercambio\\_de\\_productos\\_de\\_las\\_asociaciones\\_indigenas\\_y\\_de\\_mujeres\\_de\\_Tarapaca](https://www.researchgate.net/publication/287205299_Ferias_de_Chagras_en_la_Amazonia_colombiana_contribuione_s_a_los_conocimientos_tradicionales_y_al_intercambio_de_productos_de_las_asociaciones_indigenas_y_de_mujeres_de_Tarapaca)

<b>Autoridades nacionais</b>	Colômbia	MADS	Atores-chave na formulação de políticas e regulamentos, e em questões estratégicas como uso do solo, planejamento e gestão de bacias hidrográficas, promovendo a coordenação com políticas e programas setoriais.
	Equador	MAAE	
	Peru	MINAM, ANA	
<b>Autoridades estaduais, departamentais ou regionais</b>	Brasil	SEPROR SEPA IPAAM SEDECTI	Articulação dos resultados do Projeto de acordo com as prioridades regionais. Participação em políticas e iniciativas regionais e locais. Apoio no desenvolvimento e implementação de ações transfronteiriças. Apoio na geração de informações e conhecimento. Beneficiários de algumas das intervenções do projeto.
	Colômbia	Corpoamazonía	
	Equador	INABIO	
	Peru	IIAP	
<b>Autoridades com jurisdição territorial especial: Áreas Naturais Protegidas</b>	Brasil	ICMBio	Identificação e implementação de atividades para a gestão eficaz de áreas de conservação estratégicas para a segurança hídrica e prestação de serviços ecossistêmicos. Beneficiários de algumas das intervenções do projeto
	Colômbia	PNN	
	Equador	Sistema Nacional de Áreas Protegidas	
	Peru	SERNANP	
<b>Entidades científicas, acadêmicas e ONGs</b>	Brasil	Rainforest Foundation, INPA	Trazem conhecimento e experiência para a pesquisa aplicada na região do projeto.
	Colômbia	SINCHI, FCDS, ACT, Fundación GAIA, Tropenbos, WWF Colombia, CI Colombia, The Field Museum, FZCS	
	Equador	WWF Ecuador, NCI	
	Peru	CEDIA, IBC, The Field Museum, FZCS, Rainforest Foundation, WWF Perú	
<b>Autoridades locais</b>	Todos os países	Todos aqueles cuja jurisdição político-administrativa foi identificada na Tabela 1 e no Anexo 1.	Apoio na execução das atividades do projeto. Beneficiários de algumas das intervenções do projeto
<b>Comunidades e populações locais</b>		Organizações indígenas e afrodescendentes, associações de artesãos, pescadores, mulheres, entre outras.	Setor mais vulnerável devido aos seus níveis de pobreza e dado que sua identidade cultural e meios de subsistência estão associados a florestas e rios. Principais beneficiários do projeto.
<b>Associações e organizações do setor privado</b>		Setores produtivos (ex. ANDI – Colômbia, entre outros)	Alinhamento de investimentos com boas práticas e promoção de oportunidades de negócios em coordenação com entidades do setor público. Recursos financeiros e relacionamento com fontes de financiamento. Beneficiários dos resultados do projeto para fortalecer suas práticas.

#### 4. Estratégia de engajamento das partes interessadas

O foco do Programa de Participação do Projeto GEF Putumayo-Içá visa promover e garantir a participação dos diferentes atores na identificação dos benefícios e oportunidades do Projeto Putumayo-Içá, a partir de uma reflexão sobre o valor da biodiversidade e da riqueza cultural presente na Bacia. Nesse sentido, todos os atores são fundamentais e suas interações são essenciais para alinhar objetivos, atividades e plano de trabalho. Para tal, avançou-se na formulação do projeto com uma multiplicidade de atores, garantindo um processo participativo e inclusivo em 3 fases.

Numa primeira fase, a partir de janeiro de 2020, foram iniciadas consultas e espaços de trabalho virtuais com interessados dos quatro países para a formulação do Projeto Putumayo-Içá. Entre as principais partes interessadas do projeto estão as populações indígenas e afrodescendentes, bem como mulheres e jovens. No entanto, devido à situação da pandemia da Covid-19, as possibilidades de consulta presencial com essas comunidades não eram viáveis nesta primeira fase. Diante dessa situação, e considerando as redes de governança descritas acima, bem como a alfabetização, a linguagem e as condições dos meios de comunicação acessíveis, está planejada uma segunda fase de socialização virtual entre o final de 2020 e a primeira metade de 2021, e a terceira fase de socialização presencial em 2021, quando as condições de deslocamento permitirem, com o objetivo principal de garantir o envolvimento desses atores sociais.

A comunicação e socialização do Projeto, em qualquer das três fases, será levada a cabo tendo em conta as seguintes ênfases e públicos: (i) comunicação interna que manterá a equipa e parceiros de implementação tais como autoridades ambientais, Academia, ONGs, Institutos de Investigação, em cada um dos países, informados sobre o progresso do projeto e apoiará a otimização da tomada de decisões; (ii) comunicações comunitárias que, tendo em conta o conhecimento das comunidades locais e dos povos indígenas, se esforçarão por reforçar espaços e canais que reforcem a sua capacidade de transmitir as suas necessidades e expectativas sobre as atividades e processos do projeto; (iii) comunicações externas que promoverão e divulgarão informações sobre o projeto a um público mais vasto (autoridades locais, ONG, institutos de investigação, setor privado e empresarial, bem como comunidades não diretamente beneficiadas), e procurarão sensibilizar para questões-chave como os impactos da poluição da água nos ecossistemas e habitantes da bacia. Isto será mantido durante todo o projeto, com o objetivo de apoiar o diálogo entre as diferentes partes interessadas, a partir de uma base de conhecimento comum, com vista a uma tomada de decisão informada. (Figura 1).



#### **4.1 Fase 1: Informação ao público em geral**

A Fase 1, implementada desde janeiro de 2020, incluiu um total de 65 reuniões virtuais com entidades governamentais (nacionais e regionais), institutos de pesquisa, ONGs e o setor privado. Essas reuniões foram divididas em (i) reuniões temáticas, para cada um dos componentes do projeto e tópicos relacionados, (ii) Comitês Técnicos, com Pontos Focais dos quatro países, Banco Mundial, WCS e representantes (2) por componentes, em um cenário de tomada de decisão e (iii) reuniões em nível de país, facilitadas pela equipe WCS. Durante os espaços de trabalho temáticos, desenvolvidos entre junho e setembro de 2020, delegados de cinquenta e quatro (54) organizações dos quatro (4) países participaram ativamente na preparação do projeto, apoiando a construção coletiva da teoria da mudança e proporcionando contribuições técnicas.

##### **(i) Reuniões temáticas**

Foram realizados 32 encontros temáticos, organizados de acordo com os componentes do projeto (Tabela 12). Esses espaços de trabalho colaborativo contaram com a participação de técnicos de diferentes órgãos governamentais dos quatro países participantes, coordenadores e técnicos das ONGs que atuam na bacia do Putumayo - Içá, Banco Mundial e WCS. Cada reunião foi coordenada pela equipe de trabalho da WCS e dois representantes foram selecionados entre os participantes para facilitar as discussões e acompanhar a apresentação dos avanços nos Comitês Técnicos. As reuniões temáticas tiveram uma participação média de 55 delegados de mais de 35 instituições e entre os principais temas abordados estão a teoria da mudança, atividades e subatividades, definição da área geográfica de intervenção e projetos-piloto, resultados e indicadores - enquadramento lógico e riscos (segurança, Covid19, outros).

Nestes, a participação dos diferentes atores envolvidos foi garantida da seguinte forma:

- As partes foram convocadas com bastante antecedência e apresentados a metodologia e os temas a serem discutidos em cada reunião. Dessa forma, os convidados puderam preparar cada sessão e trazer suas sugestões e dúvidas.
- Em cada espaço foi apresentada uma agenda, o que permitiu sempre mais espaço para discussão, para que todos os participantes pudessem dar o seu feedback.
- Um chat foi habilitado em todos os espaços para que as pessoas que não quisessem abrir seus microfones pudessem escrever.
  
- Os e-mails dos facilitadores de cada componente permitiram receber sugestões, comentários, dúvidas, etc., sobre cada um dos temas discutidos.
- Cada grupo temático teve um espaço virtual no Google Drive, no qual os interessados puderam acessar as diferentes apresentações, memórias de cada encontro e documentos de trabalho para avançar juntos de forma assíncrona, de acordo com os compromissos derivados de cada encontro.

Como principal resultado destes espaços de trabalho foi possível avançar na construção conjunta e participativa do Projeto ao nível dos objetivos, atividades e subatividades, incluindo uma primeira abordagem às áreas potenciais para a implementação do Projeto (bem como os critérios para esta seleção de áreas), tendo em conta todas as contribuições e pontos de vista das diferentes organizações participantes de cada um dos países, procurando refletir o acima exposto nos

diferentes documentos do projeto. Da mesma forma, nas diferentes sessões de trabalho os participantes foram informados dos ajustes realizados a partir da incorporação de suas diferentes contribuições. O histórico do progresso e ajustes foi adicionalmente registado nos arquivos disponíveis no espaço virtual do Google Drive.

Tabela 12. Organizações que participaram da formulação do PAD.

Componente	Número de participantes	Instituições
1. Informação e conhecimento	53 delegados 28 instituições	Fundação Altrópico, ACT, BM, CORPOAMAZONIA, FCDS, FZS, GAD da Província de Sucumbíos, Gaia, Governo Provincial de Sucumbios, INPA, IIAP, IGP, INABIO, MADS, MINAM, MAAE, PNN, PROAmazonía, PNCBMCC, SEDECTI, SEMA, SERNANP, SERFOR, SINCHI, The Field Museum, UEA, WCS, WWF.
2. Governança	56 delegados, 28 instituições	Fundação Altrópico, ANA, BM, PNN, COIAB, FCDS, CORPOAMAZONIA, Fórum de Desenvolvimento Integrado e Sustentabilidade da Mesoregião do Alto Solimões, FZS Perú, GAIA, GOREL, IBC, INP, IPIAP, MADS, MINAM, MAAE, MNE, ProAmazonia, PNCBMCC, Secretário de Estado do Desenvolvimento Económico, SEDECTI, SEMA, Sepror, SERNAP, SINCHI, Museu do Campo, UEA, WCS, UFAM.
3. Redução da poluição	55 delegados, 28 instituições	ANA, BM, Procuradoria Especializada em Assuntos Ambientais, CORPOAMAZONIA, Fundación Altrópico, FCDS, FZS Peru, GAIA, SINCHI, INP, IPIAP, MADS, MINAM, MAAE, Ministério da Saúde, Ministério do Meio Ambiente, MNE, OEFA, PNN, PROAmazonia-PNUD, PEDICP, SEMA, SERNAP, SERNANP, UEA, Universidade do Estado do Amazonas, WCS, WWF.
4. Alternativas produtivas	66 delegados, 30 instituições	ACT, AUNAP, ANA, BM, CEDIA, CORPOAMAZONIA, DIREPRO, Fórum de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da mesorregião do Alto Solimões, Altrópico, FCDS, FZS Peru, GAIA, IDSM, IBC, INP, Instituto Público de Investigaciones Acuicola y Pesquera, Instituto Público de Pesquera, MADS, MINAM, MAAE, Ministério do Meio Ambiente - Direção Geral de Estratégias de Recursos Naturais, PNN, Prefeitura de Sucumbios, PROAmazonía, PNCBMCC, SEMA, Sepror, SERNANP, Museu de Campo, UEA, WCS, WWF.

## (ii) Comitês Técnicos

Foram realizados três (3) Comitês Técnicos nos dias 24 de junho, 5 de agosto e 23 de setembro de 2020, nos quais participaram os delegados do MADS, MAAE, MINAM e SEMA, representantes dos componentes, Banco Mundial e WCS. Os Comitês permitiram socializar o andamento de cada componente e a tomada de decisão quanto ao escopo e às atividades do projeto. Nestes espaços de trabalho, os representantes de cada um dos componentes apresentaram os principais resultados das reuniões realizadas, destacando algumas das dificuldades encontradas no projeto.

Para garantir o bom desenvolvimento destes espaços e alcançar os resultados esperados, foram considerados os seguintes aspectos:

- A construção conjunta da agenda, de forma a abordar todos os temas relevantes para eles. Essa agenda sempre priorizou um espaço de discussão para que todos os participantes pudessem opinar, dar sugestões e dar feedback.
- Durante o processo de formulação, foi mantida uma comunicação aberta com os pontos focais, atendendo a todos os seus requisitos relativos ao projeto.

- As datas das reuniões, metodologia e temas a serem discutidos foram previamente acordados com os pontos focais, para que os convidados pudessem preparar cada sessão e trazer suas sugestões e dúvidas.
- Um chat foi habilitado em todos os espaços para que as pessoas que não quisessem abrir seus microfones pudessem escrever.
- Os e-mails dos facilitadores foram habilitados para receber sugestões, comentários, dúvidas, etc., sobre cada um dos temas discutidos.

Além de alcançar um diálogo direto e efetivo para atualizar e fornecer feedback sobre o andamento, os principais resultados dos Comitês também incluem (i) a validação dos processos utilizados para a formulação, (ii) acordos sobre os resultados e avanços dos diferentes temas, (iii) consenso na determinação das questões para o projeto e (iv) solução para os gargalos que surgiram no processo de formulação do projeto.

### **(iii) Reuniões por país**

Foram realizadas 31 reuniões internas em cada país (Tabela 13), com a participação de instituições governamentais, ONGs e setor privado.

Tabela 13. Número de reuniões e participantes nas reuniões internas de cada país da Bacia do Putumayo-Içá.

País	Número de reuniões	Número de participantes	Instituições participantes
Colômbia	8	45	MADS, AUNAP, The Field Museum, Fundación GAIA, PNN, SINCHI, Minsalud, ACT, ANDI, WWF, FZS, FCDS, CORPOAMAZONIA, CI Colombia.
Equador	5	23	Direção da Biodiversidade, GAD da Província de Carchi, Governo Provincial Autónomo Descentralizado de Carchi, INABIO, IPIAP, MAAE, Reserva Ecológica Cofan Bermejo, Secretário Técnico da Circunscrição Especial Territorial Amazônica.
Peru	16	73	ANA, CEDIA, Coordenação FEMA, DGANP SERNANP, Participativa DGCA MINAM, DIREPRO, FEMA Coordinadora Nacional de Fiscalías Ambientales, Museu do Campo, GOREL - ARA, IBC, IGP, IIAP, MINAM, OEFA, PEBDICP, PlanetGOLD, PNCBMCC, SANIPES, SANIPES Iquitos, SANIPES, SERFOR, SERNANP, Unidade de Acompanhamento do Ministério Público Especializado em Matéria Ambiental de Loreto, WWF, FZS
Brasil	2	19	COIAB, Fórum de Desenvolvimento Integrado e Sustentabilidade da Mesoregião do Alto Solimões, INPA, SEDECTI, SEMA, Sepror, UEA.

O principal objetivo destes espaços foi discutir e pactuar as posições dos Países sobre os diferentes temas do Projeto, previamente às Reuniões Temáticas, a serem conduzidas pelo MADS, MAAE, MINAM e SEMA. Para o seu desenvolvimento, contou com o apoio e facilitação da equipe de trabalho da WCS, para responder a potenciais dúvidas sobre o processo e fornecer subsídios para apoiar as discussões nos países. Para garantir a participação dos interessados convocados, foram definidas as pautas de cada espaço de trabalho, previamente partilhadas com os convidados. Da mesma forma, os espaços de bate-papo foram mantidos abertos durante os encontros para receber todas as contribuições dos participantes, e após esses espaços foi mantida uma comunicação aberta para receber dúvidas, comentários e feedbacks sobre o processo. Como resultado dessas reuniões, cada país avançou na revisão e no feedback sobre o desenho dos diferentes componentes do projeto, consolidando assim suas contribuições sob uma visão de país, que foram apresentadas pelos delegados nas diferentes reuniões temáticas.

#### 4.2 Fase 2: Socialização não presencial às partes interessadas

A partir de outubro de 2020, teve início o desenho de uma estratégia de socialização da proposta do projeto para as partes interessadas, com ênfase nos povos indígenas, comunidades afrodescendentes, associações de pescadores, organizações de mulheres e artesãs, principais atores do projeto que não puderam ser contactados devido às restrições de acesso à região como medidas de biossegurança definidas pelos governos dos quatro países e por organizações indígenas e comunidades locais, em resposta à situação da pandemia Covid-19. Esta estratégia foi implementada durante os meses de Novembro de 2020 a Janeiro de 2021, de acordo com o plano de trabalho apresentado na Tabela 14. No entanto, é importante destacar que este cronograma pode sofrer algumas alterações nos Países, devido a sua situação política e institucional. Na Colômbia, em novembro de 2020, foram geradas mudanças no MADS, nomeando um novo Ministro e Vice-Ministros. No mesmo mês, no Peru Martín Vizcarra foi demitido do cargo de Presidente e no Brasil mudou o ponto focal que vinha apoiando o Projeto. Anteriormente, em março de 2020, no

Equador, o Ministério do Meio Ambiente e a Secretaria de Águas (Senagua) se fundiram, criando o Ministério do Meio Ambiente e Águas.

Tabela 14. Plano de trabalho da Fase 2 de socialização à distância para interessados na Bacia do Putumayo-Içá

Atividade	Responsável	Out.20	Nov.20	Dez.20	jan.21	Fev.21	Mar.21	Abr.21
Identificação e priorização de canais de divulgação e público-alvo	WCS, BM, Governos*							
Definição das informações e mensagens-chave a serem compartilhadas	WCS							
Preparação e envio de comunicações	WCS, Governos							
Recebimento e processamento de respostas de organizações indígenas	WCS, BM, Governos							
Planejamento e desenvolvimento de espaços virtuais de socialização	WCS							
Desenho e divulgação de peças de comunicação	WCS							

\* Os governos são entendidos como os delegados dos pontos focais do GEF no MADS, MAAE, MINAM e SEMA.

O calendário inicialmente acordado sofreu alterações de acordo com os seguintes fatores, resultando na prolongação das atividades de socialização por mais tempo do que o inicialmente previsto:

- Na Colômbia, em Novembro de 2020, foram feitas alterações no MADS, com a nomeação de novos ministros e vice-ministros. No mesmo mês, no Peru, Martin Vizcarra foi demitido como Presidente e no Brasil houve uma mudança no ponto focal que apoiava o Projeto. Anteriormente, em Março de 2020, no Equador, o Ministério do Ambiente e a Secretaria da Água (Senagua) foram fundidos, criando o Ministério do Ambiente e da Água. Estas mudanças implicaram abordagens institucionais com os novos funcionários e uma nova apresentação do projeto.
- Em Dezembro de 2020, foi noticiado que uma nova cepa de Covid 19 começou a circular no estado do Amazonas (Brasil) e em 28 de Janeiro de 2021, foi identificado o primeiro caso na zona fronteira com a Colômbia, num habitante de Tabatinga, e nas semanas seguintes no Peru. Segundo o Ministério da Saúde colombiano, esta nova cepa tem uma maior taxa de contágio, pelo que, para além de estar no Brasil, Colômbia e Peru, é possível que se tenha alastrado ou possa alastrar ao Equador, especialmente nas áreas de interesse do projeto. Isto implica novas restrições que poderiam resultar na necessidade de prolongar as atividades virtuais no projeto até que a situação sanitária evolua favoravelmente. Em Abril, a situação de contágio nos países continuou a aumentar e as restrições de mobilidade foram ampliadas. Em abril de 2021 foram realizadas eleições presidenciais e do congresso no Peru e, de acordo com os resultados será realizado um segundo turno programado para 06 de junho de 2021. Após a posse presidencial que se realizará em 28 de julho de 2021, será necessário estabelecer contato com as novas autoridades peruanas para apresentar o projeto e os avanços na sua preparação ou aprovação, conforme for o caso.
- No Equador, em fevereiro e março de 2021, as organizações indígenas (Siekopai Nationality e ONISE) fizeram alterações no seu Conselho de Governo. Por conseguinte, foi necessário partilhar informações sobre o projeto com as novas autoridades indígenas. Do mesmo modo, em meados de março de 2021, o Ministro do Ambiente e da Água demitiu-se e com esta mudança houve também movimentos dentro deste ministério com o pessoal técnico de algumas áreas. Além disso, entre fevereiro e abril de 2021, o Equador realizou eleições presidenciais. O novo presidente e os membros da assembleia serão empossados em 24 de maio, o que significa que haverá novamente mudanças nos ministros e autoridades. Finalmente, a organização FONAKISE também fará alterações no seu Conselho de Administração no final de junho de 2021.

Para organizar e avançar o processo de socialização do projeto, foram definidos três eixos. O primeiro eixo busca fornecer a base de informações e conhecimentos gerais às partes interessadas, informando o que é o projeto e sua importância para as comunidades que vivem na Bacia, e também gerar espaços para esclarecer dúvidas sobre o processo e receber comentários. O segundo eixo busca promover o entendimento das partes interessadas sobre o seu papel no Projeto, de forma que se apropriem e participem das diferentes atividades do mesmo. Por fim, no terceiro eixo, visa coordenar os esquemas de trabalho e diálogo conjunto, destacando os benefícios que o projeto e o trabalho articulado lhes proporcionam (Figura 2)

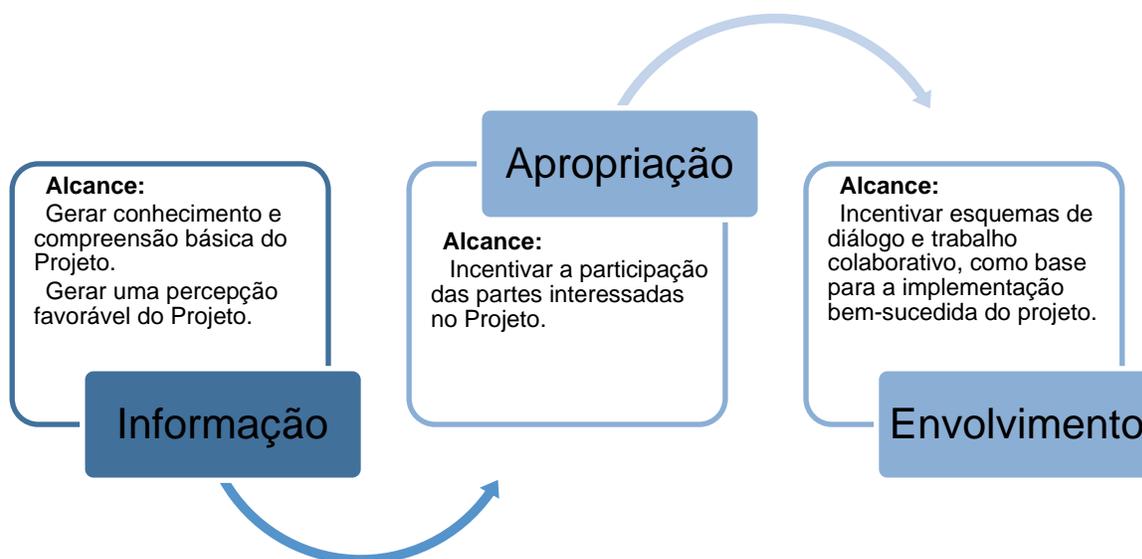


Figura 2. Eixos da estratégia de socialização do Projeto Putumayo-Içá para diferentes atores em suas fases 2 e 3.

Nesse sentido, para a Fase 2 a estratégia inclui a geração e disseminação das informações do Projeto por meio de diferentes canais de comunicação unilateral e bidirecional. Esta disseminação requer a identificação dos melhores canais de acordo com as partes interessadas (públicos-alvo), sendo essencial avançar para uma disseminação assertiva, que se torne informação eficaz e ajude a posicionar o Projeto entre as partes e a gerar confiança. Além disso, espera-se contar com o apoio na divulgação pelos atores governamentais e ONGs que já têm acesso às comunidades, através das suas próprias páginas web nas quais as informações e documentos do Projeto são socializados.

No âmbito desta estratégia, a equipa técnica da WCS fez progressos na definição da informação e das mensagens chave a divulgar, cujo conteúdo básico se centrou na apresentação do objetivo do projeto, seus componentes, benefícios, parceiros-chave (principalmente as agências) e mecanismos de contato para receber perguntas, comentários, sugestões, entre outros, e para definir espaços para reuniões virtuais (Tabela 15). É importante salientar que embora os materiais de comunicação sejam preparados para utilização nos quatro países, poderá haver meios de comunicação e/ou materiais que podem ou não ser priorizados de acordo com as necessidades e identificação de oportunidades em cada país.

Tabela 15. Meios e canais de socialização remota do Projeto com as comunidades indígenas e locais.

Linhas discursivas para a construção das mensagens	meios de comunicação	Materiais de comunicação
Base de conhecimento do projeto e conceitos-chave associados.	Rádio Site web Plataformas virtuais Redes sociais Reuniões virtuais	Apresentações. Peças informativas para envio nas redes sociais. Vídeos curtos. Entrevistas e cápsulas de rádio.

Benefícios e oportunidades decorrentes do Projeto para as comunidades.	Rádio Plataformas virtuais Redes sociais Site web Comunicação por meio de pessoas reconhecidas e respeitadas pelas comunidades, para replicar a mensagem.	Peças informativas para envio às redes sociais. Vídeos curtos. Entrevistas e cápsulas de rádio.
Importância do conhecimento tradicional na conservação da diversidade da Bacia.	Rádio Redes sociais	

Com base no exposto, o projeto desenhará as mensagens e peças de comunicação com informações organizadas e relevantes, e culturalmente adequadas considerando:

- O espanhol e o português são as línguas principais para a elaboração das mensagens, por serem as línguas mais utilizadas pelos habitantes locais e organizações com jurisdição na Bacia. No entanto, em antecipação às comunidades monolíngues na língua nativa, será considerada a transmissão das mensagens também em seus respectivos idiomas. De acordo com o diagnóstico avançado, 25 línguas nativas são faladas na Bacia, compartilhadas por comunidades indígenas de 2 ou mais países (Tabela 16).
- Uso de linguagem clara, simples e concreta, evitando tecnicidades, para que diferentes públicos-alvo possam facilmente entendê-los e replicá-los.
- Para ter maior impacto e credibilidade, as mensagens vão reconhecer valores culturais e vão apelar ao papel e responsabilidade social das comunidades na gestão da Bacia, para que as comunidades se identifiquem com o objetivo do Projeto.
- A transmissão da mensagem oralmente será priorizada, considerando a população analfabeta. Nesse sentido, peças como rádio cápsulas serão feitas para serem veiculadas por rádio, além de aplicativos como WhatsApp e redes sociais. Nesse ponto, destaca-se que a maioria das comunidades e reservas nos quatro (4) países relatam acesso à comunicação unilateral por rádio, sendo este o principal meio de comunicação utilizado pelos povos indígenas na Bacia do Putumayo-Içá. Por outro lado, algumas organizações indígenas têm acesso à Internet e, adicionalmente, no Peru, é relatado o acesso a sistemas de telecomunicações (GILAT).

As peças de comunicação podem ser encontradas no Google Drive e no website do projeto, na seção "nossas novidades".

Por outro lado, será promovida a articulação com as redes de governança de povos indígenas e comunidades afrodescendentes, e organizações de pescadores, mulheres e artesãos, com o objetivo de poder garantir um fluxo de comunicação bidirecional para potencializar a socialização e replicabilidade das mensagens e abordar preocupações e comentários de diferentes públicos. Para o mesmo propósito, o site do projeto incluirá uma seção de comentários e informações de contato telefônico. Da mesma forma, serão estudados os processos de socialização com organizações / comunidades que podem ser alcançadas com as medidas adequadas para evitar qualquer risco devido à Covid-19.

*Tabela 16 Línguas transfronteiriças na bacia do Putumayo-Içá. Fonte: Elaboração própria, com informações do Instituto Caro y Cuervo, 2020.*

Países	Línguas nativas compartilhadas	Família Linguística
Brasil, Peru e Colômbia	Ticuna / tikuna	Yurí-tikuna
	Murui-muinani / uitoto	Witoto
	Kukama – kukamiria	Tupi-guarani
Brasil e Colômbia	Baniwa	Arawak
	Jupda / jupde / hup	Nadahup
	Yuhup	
	Bará, Barasana, Desano, Karapana, Makuna, Piratapuyo, Siriano, Tukano, Tuyuca	Tucano oriental
	Yeral, nheengatú	Tupi-guarani
Equador e Colômbia	Siona (secoya)	Tucano ocidental
	Kofán	Independente
	Inga	Quechua
Equador, Peru e Colômbia	Kichwa / quichua	Quechua
Peru e Colômbia	Yagua	Peba-yagua
	Bora	Bora
	Ocaina / Okaina	Witoto
	Andoque / andoque	Independente
	Resígaro	Arawak

Por fim, é importante destacar que na concepção e implementação desta estratégia será assegurado o Consentimento Livre, Prévio e Informado, de acordo com o quadro político e regulatório de cada país, a Convenção 169 da OIT e com os princípios fundamentais definidos para os processos de socialização e consulta entre as quais se incluem informação oportuna, transparência, interculturalidade, confidencialidade, entre outros. Esta adoção de consentimento será realizada após a conclusão da fase de socialização presencial, tendo em conta que as consultas virtuais não podem ser realizadas.

No que diz respeito a potenciais canais e mecanismos de disseminação, foram utilizados os seguintes nos primeiros quatro meses de 2021:

#### Divulgação e comunicações escritas

Como ponto de partida, e dado que o principal público-alvo desta fase são as comunidades indígenas e locais, o mecanismo de comunicação priorizado para os quatro (4) países foi o envio de comunicações formais escritas dirigidas aos líderes das respectivas organizações que os representam (Tabela 17), com o objetivo de estabelecer um primeiro contacto, apresentando o projeto e convidando-os a participar no primeiro espaço de reunião virtual realizado a 4 de fevereiro de 2021.

Tabela 17. Organizações identificadas para serem contatadas na Fase 2.

País	Organização
<b>Brasil</b>	AMIT, ASSCOMAL/Rio Içá, Associação de Pescadores de Santo Antônio do Içá, Colônia de pescadores de Santo Antônio do Içá, OKAS, COIAB, ACISPO, FEPESCA, ACIK, FEI.
<b>Colômbia</b>	OZIP, Mesa Permanente do Povo Kofán, Associação COINPA Puerto Alegría, CIMPUM - Conselho Indígena do Povo Muruy, AIZA - Associação Indígena da Zona Arica, CIMTAR Tarapacá, ASOAINAM; OPIAC, Associação de Capitães Indígenas de Mirití, ACILAPP, ATICOYA (Associação Tikuna, Cocama e Yagua), ACIPS, APKAC, Associação PANI, ACITAM; AZCAITA, CRIMA, OIMA, AINZA.

<b>Equador</b>	FEINCE, ONISE, OICE.
<b>Peru</b>	AIDSESP, ORPIO, FECONAFROPU, FECOIBAP, OCIBPRY, FECONAMNCUA, FECONAMAI, FECOTYBA, FEPYRA, FIKAPIR, OISPE, Organización Kichuaruna – Wangurina del Alto Napo ORKIWAN.

Tabela 18. Progresso na implementação da Fase 2, a partir de 30 de Abril de 2021.

<b>País</b>	<b>Avanços</b>
<b>Colômbia</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Foram enviadas cartas às seguintes organizações identificadas como partes afetadas prioritárias para a Fase 2: OZIP, Mesa Permanente del Pueblo Kofán, Asociación COINPA Puerto Alegría, CIMPUM - Consejo Indígena Pueblo Muruy, AIZA - Asociación Indígena Zona Arica, CIMTAR Tarapacá, ASOAINAM. Estas cartas foram assinadas pelo Ministério do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - MADS e WCS, apresentando o Projeto e convidando-os a participar no espaço de encontro virtual (Webinar) a 4 de Fevereiro de 2021.</li> <li>Foram realizadas reuniões individuais com representantes da Mesa Permanente Pueblo Cofán, COINPA e ASOAINAM em 26 de Janeiro, CIMPUM em 27 de Janeiro, CIMTAR em 28 de Janeiro, 18 de Fevereiro, 12 de Março e 30 de Abril, e AIZA em 4 de Fevereiro e 6 de Abril. É importante salientar que a CIMTAR partilhou as seguintes iniciativas prioritárias a serem consideradas pelo Projeto: 1. reforço do sistema avícola da região; 2. apoio à recuperação e promoção de culturas tradicionais, promoção da diversidade de sementes nativas e conhecimentos agrícolas tradicionais; e 3. Foram enviadas diferentes peças audiovisuais com informações sobre o projeto via WhatsApp para os representantes dessas organizações nos dias 23 de fevereiro e 10, 18 e 23 de março de 2021.</li> <li>A informação sobre o projeto, website e vídeo do webinar de 4 de fevereiro foi partilhada com os e-mails das organizações indígenas nos dias 10 e 23 de fevereiro.</li> <li>Foi realizada uma reunião a 9 de abril com representantes do Corpoamazonia, durante a qual a Corporação manifestou o seu interesse em apoiar a Fase 2, socializando por exemplo através dos seus canais as diferentes peças de divulgação, que foram partilhadas com esta equipe de trabalho.</li> <li>Em 21 de Abril, o Projeto foi socializado na XXVIII reunião do Comité Técnico do Programa Tri-nacional de conservação e desenvolvimento sustentável do corredor de áreas protegidas PNN La Paya - ZR Gueppi - RPF Cuyabeno. Neste espaço de socialização foram identificados pontos de interesse comum entre o Projeto e o Programa Trinacional, nos quais se espera que trabalhem em colaboração.</li> <li>Além disso, em 11 de maio de 2021, o Projeto será socializado com o Comité de luta contra a exploração ilegal de jazidas mineiras, composto pela Câmara Municipal de Leticia, Corpoamazonia, a Câmara Municipal de Puerto Nariño, MADS, PNN, o Governo do Amazonas, e o Gabinete do Provedor de Justiça, dois delegados da associação de autoridades indígenas tradicionais, e como convidados permanentes a Procuradoria-Geral da República, a Brigada da Selva, a Força Aérea Colombiana, a Marinha Nacional, a Polícia Nacional, o Instituto Colombiano de Bem-Estar Familiar, o Gabinete do Prefeito e o Instituto Sinchi.</li> </ul>
<b>Ecuador</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Em dezembro de 2020, os interessados identificados como partes afetadas foram contactados e informados de uma forma geral sobre o projeto. Os planos de socialização presencial com organizações indígenas foram suspensos no final de dezembro devido ao agravamento das condições de emergência sanitária no país. Foi concebido um plano para realizar reuniões virtuais (restrição de reuniões no Equador - (máx. 10 pessoas) para continuar a socialização da informação com organizações indígenas.</li> <li>Durante o mês de janeiro de 2021, as organizações foram consultadas sobre os melhores canais de comunicação para partilhar informações com as comunidades de base. As mensagens de rádio e as brochuras impressas foram os principais recursos identificados. Uma vez produzidos,</li> </ul>

	<p>serão enviados para as organizações e distribuídos através dos líderes das comunidades. A mensagem de rádio sobre o projeto foi divulgada através da rede de estações de rádio da Coordenadora de Medios Comunitarios Populares y Educativos del Ecuador - CORAPE, que regista algumas estações de rádio na área de ação do projeto. Algumas organizações indígenas também têm acordos com estações de rádio locais, que também contribuirão para a socialização e disseminação de informação chave sobre a iniciativa.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Em março de 2021, foram realizadas reuniões virtuais com os líderes indígenas das quatro organizações participantes, nas datas seguintes: (10/03 - ONISE; 12/03 - FONAKISE; 20/03 - SIEKOPAI; 20/03 + 27/03 - FEINCE). A segunda reunião com a FEINCE foi adiada e transferida para 10/04 devido a complicações com a agenda da organização. Nestes espaços, foi partilhada informação geral sobre o projeto, incluindo detalhes sobre as atividades propostas com as comunidades, uma das principais preocupações das organizações. As perguntas foram respondidas e os recursos de comunicação criados para o processo de socialização foram partilhados: mensagem de rádio, brochuras, vídeos, para que, por sua vez, estes pudessem ser distribuídos aos outros membros das nacionalidades indígenas. Além disso, durante o mesmo mês, os folhetos impressos foram enviados para as organizações indígenas para distribuição posterior no território. Os presidentes da FONAKISE e da ONISE foram pessoalmente responsáveis por este processo. Em relação à FEINCE, um técnico da Fundação para a Sobrevivência do Povo Cofán, aliado da organização indígena, foi encarregado de distribuir os folhetos e de socializar a informação sobre o projeto no território. Com respeito à Nacionalidade Siekopai, o envio e entrega dos folhetos impressos foi coordenado com um membro da família do presidente da organização. A comunicação com esta organização é a única com que existem intermitências, devido ao fato de não haver um sinal muito bom de celular ou de Internet. Em geral, as organizações indígenas comentaram o pedido explícito das comunidades de base de poder ir ao território para socializar o projeto pessoalmente. Isto deve-se ao fato de nem todas as comunidades dispõem de serviços de Internet que lhes permitam realizar uma reunião virtual para resolver diretamente as suas preocupações. No processo de socialização, as preocupações mais frequentes têm estado relacionadas com a gestão e as iniciativas comunitárias. Foi recebido um documento da FEINCE e espera-se outra comunicação da FONAKISE.</li> <li>● Em abril de 2021, realizou-se também uma reunião de atualização do projeto com o Diretor Zonal do Ministério do Ambiente e da Água de Sucumbios. Espera-se consolidar uma reunião ampliada com as unidades de gestão da Coordenação Zonal do Ambiente de Sucumbios e identificar projetos de mineração artesanal de ouro que queiram estar envolvidos no projeto.</li> </ul>
<b>Perú</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Cartas enviadas a 12 organizações pelo Ministério do Ambiente - MINAM. Até à data, 10 foram contactados.</li> <li>● Cinco organizações solicitaram uma apresentação presencial do projeto, principalmente devido à pouca ou nenhuma familiaridade com plataformas virtuais.</li> <li>● Foram realizadas reuniões virtuais com 6 organizações, incluindo organizações de nível nacional (AIDSESP, ONAMIAP, ANECAP), regional (ORPIO) e local (FECONAFROPU e OCIBPRY).</li> <li>● Foi levantada a possibilidade de realizar a divulgação de material informativo por WhatsApp e através de carro de som comunitário ou transmissão de material em formato de rádio em certos setores, gratuitamente. No entanto, esta última estratégia está condicionada à possibilidade de levar o material às comunidades, dadas as restrições de mobilização estabelecidas pelos governos.</li> </ul>
<b>Brasil</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Trabalho conjunto com a Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Amazonas (SEMA) para preparar a Carta Convite para uma reunião virtual e estabelecer contatos.</li> <li>● Cartas prontas e enviadas em dezembro de 2020.</li> <li>● Realização de 4 reuniões em dezembro de 2020 com o IDAM (Instituto de Desenvolvimento Agrícola do Amazonas/Escritório de Santo Antônio do Içá), Museu Magüta, Instituto Ngütapa e IDSFB (Instituto de Desenvolvimento Sustentável de Fonte Boa). Última reunião em 17 de dezembro de 2020. Devido à segunda onda da COVID no Amazonas, em janeiro e março de 2021 não foram agendadas quaisquer reuniões. A partir destas reuniões, as organizações contactadas</li> </ul>

	<p>manifestaram o seu interesse no projeto, solicitando mantê-las informadas sobre as atualizações do processo, destacando o interesse em participar no projeto e nos seguintes espaços de reunião, especialmente os presenciais.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Em fevereiro de 2021, foram realizadas 3 reuniões, com a Secretaria do Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Amazonas (SEDECTI), Associação dos Witotos da Amazônia (AWAS) e Organização Kambeba do Alto Solimões (OKAS). É de salientar que as organizações indígenas manifestaram o seu interesse em participar no projeto, uma vez que vêem nele uma oportunidade de expandir as suas ações de resgate cultural, gestão de recursos e processos de desenvolvimento local, entre outros, especialmente os Witotos.</li> <li>● Foram mapeadas novas organizações presentes na bacia do Putumayo-Içá no Brasil, principalmente organizações de pescadores artesanais, mulheres e artesãos. Estes foram contactados através do whatsapp, mas até o maio de 2021 ainda não foi recebida qualquer resposta.</li> </ul>
--	---

(i) **Reunião virtual com organizações indígenas**

A fim de iniciar um mecanismo de diálogo e participação com organizações indígenas que foram identificadas e priorizadas como partes interessadas, foram feitos progressos na realização de um primeiro espaço de reunião virtual, que visava socializar os objetivos do projeto, os seus principais componentes, os seus benefícios e oportunidades para as comunidades e instituições públicas e para a sociedade civil. Além disso, durante este espaço, foram recebidos comentários e perguntas sobre o projeto, e a página web foi partilhada como um mecanismo de comunicação entre a equipe do projeto e o público em geral.

Este encontro virtual (webinar) realizou-se em 4 de fevereiro de 2021 através da Plataforma de Informação e Diálogo da Amazônia (PID Amazônia), com transmissão por Zoom e Facebook, com um total de 153 participantes em ambas as plataformas (101 no Zoom e 52 no Facebook). Foram convidados quatro membros do painel, um de cada país, peritos nos principais tópicos do projeto que, através de perguntas orientadoras, informaram os participantes sobre o âmbito, importância e benefícios do projeto. Em apoio a este evento, foi feito um pequeno vídeo com informações gerais sobre o projeto e peças digitais com a informação do encontro virtual, que anteriormente eram socializadas aos diferentes convidados. Os resultados consolidados destas atividades estão incluídos num relatório de socialização anexo ao presente Plano (Anexo 3).

Por outro lado, em cada país, foram feitas chamadas telefônicas com os representantes de organizações indígenas. No caso da Colômbia, realizaram-se reuniões com a Mesa Permanente Pueblo Cofán, COINPA e ASOAINAM em 26 de Janeiro, CIMPUM em 27 de Janeiro, CIMTAR em 28 de janeiro e 8 de fevereiro de 2021, e com a AIZA em 4 de fevereiro de 2021. Nestas reuniões o projeto GEF Putumayo Içá foi apresentado de uma forma geral, procurando gerar o primeiro ponto de contacto de cada organização com a equipe formuladora, e garantir a participação destas organizações na primeira reunião virtual. Na sequência desta reunião virtual de 4 de fevereiro, através de e-mail e através da WhatsApp, foram partilhadas diferentes peças audiovisuais com os representantes destas organizações, bem como os contatos do projeto (e-mail, website) e o vídeo da reunião virtual foram socializados, e também foram atendidos os pedidos de informação e contribuições dos representantes para o processo, de acordo com o que é relatado na Tabela 18 deste documento. O acima exposto, com o objetivo de acompanhar e manter canais de comunicação ativos com estas organizações. Até maio de 2021, os representantes da CIMTAR e da AIZA manifestaram interesse em realizar uma nova reunião virtual para atualizar o progresso e os próximos passos no processo de formulação do projeto. Durante o mês de maio 2021 espera-se

poder definir datas para este espaço de acordo com a disponibilidade dos representantes, e espera-se estender o convite a outras organizações que desejem participar.

No Peru, durante os meses de janeiro, fevereiro e março de 2021, foram realizadas reuniões virtuais com organizações indígenas. Foram realizadas reuniões virtuais com 6 organizações, incluindo organizações nacionais (AIDSESP, ONAMIAP, ANECAP), regionais (ORPIO) e locais (FECONAFROPU e OCIBPRY). Foram realizadas duas rodadas de reuniões com 5 das 6 organizações acima mencionadas; a primeira para apresentar informações gerais sobre o projeto, os problemas identificados, as linhas de ação propostas, as agências envolvidas, e os canais de comunicação mais acessíveis; e a segunda para apresentar os componentes, subcomponentes e atividades, benefícios potenciais, e aspectos-chave do Plano de Ação de Gênero, tais como as atividades propostas sensíveis ao gênero. Na segunda rodada de reuniões, foram recolhidos comentários e contribuições das organizações. Do mesmo modo, em 7 de maio de 2021, os acordos das reuniões e contribuições recebidas para a formulação do projeto foram enviados para as organizações indígenas através de e-mail e WhatsApp. Em geral, as contribuições são referentes a: (a) assegurar o reforço das organizações indígenas especialmente a nível local e através delas aumentar as capacidades das comunidades para participar em plataformas e grupos de governança; (b) ter em conta os planos de vida das comunidades, que são os instrumentos de planejamento do território que reúnem a visão do mundo das comunidades, e que estas contêm a realidade e a decisão das comunidades; (c) estabelecer alianças com programas nacionais e regionais implementados por organizações indígenas para monitorizar o território, e envolvê-los no planejamento de ações de controle, uma vez que conhecem o território e as dinâmicas socioeconômicas; (d) assegurar a proteção do conhecimento tradicional para a manutenção dos usos e costumes tradicionais; (e) manter a comunicação com as organizações para mantê-las informadas dos avanços na formulação, aprovação e implementação do projeto; e (f) considerar as organizações no planejamento e desenvolvimento da socialização do projeto no território.

Com o mesmo objetivo, para o Brasil, estes encontros virtuais foram realizados com as organizações IDSFB, IDAM-SAI, Ngütapa, Museu Magüta, Secretaria de Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Amazonas (SEDECTI), Associação dos Witotos do Amazonas (AWAS) e Organização Kambeba do Alto Solimões (OKAS). Estas organizações manifestaram o seu interesse em participar no projeto e em se manterem atualizadas sobre o seu progresso. Especialmente no caso de organizações indígenas como a AWAS, destacaram que o projeto GEF Putumayo Icó é uma oportunidade para reforçar ações prioritárias como o resgate cultural e a gestão de recursos naturais.

No Equador, no final de novembro de 2020, foram feitas chamadas telefônicas para estabelecer contato e em dezembro realizaram-se as primeiras reuniões virtuais com as organizações indígenas FEINCE, ONISE, FONAKISE. Nestes espaços, foram partilhadas informações gerais sobre o projeto e foram obtidas listas das comunidades que farão parte da iniciativa. Em janeiro de 2021, foi retomado o contato telefônico para consultar sobre os canais de comunicação mais eficazes para chegar às comunidades de base, a fim de iniciar a produção de recursos a utilizar na fase de socialização e disseminação de informação, e foram convidados para o webinar de 4 de fevereiro de 2021. Por outro lado, realizou-se uma reunião com a Nacionalidade Secoya em 20 de março e reuniões com a Nacionalidade Siona em 23 de fevereiro e 10 de março de 2021. Além disso, foram enviadas brochuras impressas a organizações indígenas para distribuição no território. Como resultado destas interações, as organizações indígenas manifestaram o seu interesse no projeto e na realização de reuniões presenciais nos seus territórios com o objetivo de socialização. Por outro lado, a FONAKISE manifestou o seu interesse em enviar uma comunicação à equipe do Projeto GEF

Putumayo Içá para consultar a possibilidade de expandir a área de ação do projeto para incluir comunidades que não estão localizadas no Rio Putumayo. Até maio de 2021, esta comunicação ainda não foi recebida.

#### **(ii) Espaços identificados para divulgação**

Como complemento ao principal exercício de disseminação de informação (webinar), estão previstas participações adicionais para proporcionar a socialização do projeto a um público mais amplo. Neste sentido, foram feitos esforços para identificar espaços adicionais de divulgação, tais como fóruns, festivais, simpósios, congressos, entre outros. No entanto, no primeiro trimestre de 2021, as organizações ou eventos consultados não têm uma agenda estabelecida. Neste sentido, foi solicitado apoio aos pontos focais, que consultarão sobre possíveis espaços para incluir a apresentação e socialização do projeto, quer com entidades governamentais, quer com outras entidades. Do mesmo modo, os pontos focais sugerirão também a inclusão de atores adicionais, cuja participação seja relevante e que expressem a sua intenção de assistir ao webinar ou ser informados através de outra das estratégias propostas. A informação associada à participação nestes espaços complementares de divulgação e os seus principais resultados serão incluídos neste documento à medida que forem sendo levados a cabo.

Em 21 de abril de 2021, o projeto foi apresentado, juntamente com representantes do Banco Mundial, na reunião do Comité Técnico do Programa Tri-nacional de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Corredor de Áreas Protegidas da Colômbia, Equador e Peru. Nesta reunião, os participantes manifestaram interesse no projeto e vontade de se juntarem aos esforços conjuntos. Foi confirmada a importância de reforçar e ampliar a experiência de trabalho colaborativo em torno das áreas protegidas vizinhas dentro da bacia, enfatizando que o seu âmbito e alcance de intervenção é mais amplo do que o que o projeto será capaz de apoiar.

#### **(iii) Sítio web**

Como uma das principais estratégias, a equipe de comunicação da WCS liderou a construção do website do projeto, [www.cuencaputumayoica.com](http://www.cuencaputumayoica.com), que foi lançado em 4 de fevereiro de 2021, durante o primeiro espaço de socialização virtual (webinar) com organizações indígenas. Esta página web contém informação estratégica sobre a descrição do projeto, componentes, atualizações do progresso, localização geográfica geral, entidades participantes, entre outras, inicialmente em espanhol e mais tarde em português. Para além de fornecer informações, o website foi promovido como um canal de comunicação com o público em geral, permitindo receber perguntas, sugestões e comentários.

Finalmente, é importante salientar que durante a fase de planeamento da estrutura e conteúdo do website, os Pontos Focais forneceram feedback durante uma reunião de trabalho realizada em 21 de janeiro e via e-mail, que foi finalmente aprovada por eles em 3 de fevereiro de 2021.

É importante salientar que, dado que os mecanismos de comunicação virtual em geral não são formalmente reconhecidos pelas comunidades indígenas para estabelecer um diálogo com elas, será dada prioridade às reuniões presenciais que podem ser realizadas na Fase 3 para este público alvo. No entanto, dada a importância de gerar canais de comunicação com estas comunidades para assegurar uma construção coletiva do Projeto, procurou-se, de acordo com as comunidades, avaliar a viabilidade de avançar através de reuniões virtuais, até que o acesso presencial às comunidades seja de novo viável devido à contingência da Covid 19. Estas reuniões serão realizadas tendo em conta a nota técnica do Banco Mundial "Consultas públicas e participação das partes interessadas

nas operações apoiadas pelo BM quando existem limitações à realização de reuniões públicas" de 20 de Março de 2020.

#### **(iv) Telefone celular**

A fim de estabelecer um mecanismo de comunicação oficial do projeto para contato telefônico e WhatsApp, a WCS abriu uma conta telefônica (celular +57 315 7784256) em 18 de março de 2021. A partir deste canal de comunicação, foi relatado o progresso na formulação do projeto, socializando periodicamente diferentes informações às organizações indígenas priorizadas na Fase 2 e aos diferentes atores-chave do projeto (8 beneficiários no Brasil, 19 no Peru, 23 no Equador e 11 na Colômbia). Da mesma forma, este canal foi ativado com o objetivo de receber opiniões, sugestões e perguntas dos diferentes atores, a fim de lhes dar resposta.

É importante salientar que as diferentes mensagens e peças informativas foram enviadas em espanhol e português, divulgando as seguintes informações: vídeo do webinar (17 de março), spot de rádio com imagem (19 de março), brochura (24 de março) e vídeo do projeto (8 de abril 2021).

Até à data, não foram recebidas respostas, comentários ou feedback à informação enviada, mas as seguintes interações são destacadas:

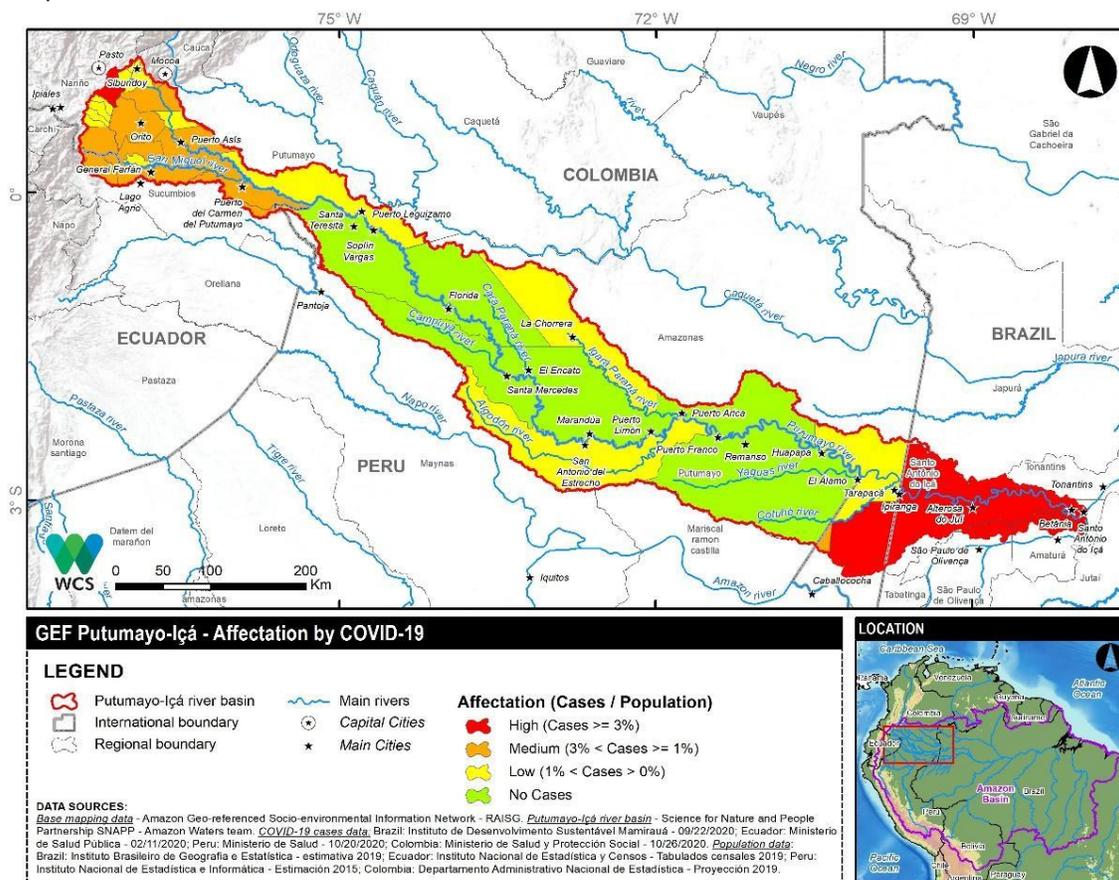
- Em 15 de março 2021, um representante da AIZA (Colômbia), solicitou mais informações para conhecer melhor o projeto. Este pedido foi respondido pelos mesmos meios.
- Em 8 de abril 2021, o Instituto NGUTAPA (Brasil) escreveu diretamente, e o seu número de telefone foi armazenado na lista de contatos. Este Instituto enviou informação geral sobre o seu trabalho, que não está diretamente relacionada com o projeto GEF Putumayo-Içá.
- Em 11 de abril 2021, Sinésio Ticuna-Ngutapa (Brasil) perguntou como é que a sua comunidade participa no projeto, e foi informado pelos mesmos meios de que o projeto se encontra atualmente em fase de concepção e não foram definidas áreas específicas de intervenção, destacando o convite para darem a sua contribuição ou comentários para a construção do projeto através dos mecanismos habilitados para este propósito.

### **4.3 Fase 3: Socialização e diálogo presencial com as partes interessadas.**

Nesta fase, serão desenvolvidas atividades presenciais - encontros e workshops - como espaço de diálogo com comunidades indígenas, afrodescendentes e organizações de pescadores e mulheres, entre outras, com o objetivo de fortalecer a socialização e o feedback do Projeto, no âmbito de um processo de construção colaborativa e inclusiva. Os espaços de trabalho presencial serão coordenados com as respectivas instituições parceiras do Projeto em cada país, que prestarão apoio técnico, logístico e operacional à socialização, e contarão com a participação dos respectivos governos comuns, territoriais e regionais. No caso do Peru, as organizações indígenas também expressaram o seu apoio técnico nesta fase, para uma interação adequada com as comunidades. Para dar suporte a essas reuniões, serão entregues peças de divulgação nas versões física e digital, mantendo o registro de recebimento dos materiais entregues. Da mesma forma, serão geradas as respectivas memórias destes espaços de encontro, que serão socializadas através dos mecanismos acordados com os participantes.

Esta fase, que deverá ter início na segunda metade de 2021, será cuidadosamente planejada e implementada progressivamente de acordo com os sistemas oficiais de monitoramento de risco da COVID 19 de cada país durante 2021, e em consonância com as disposições e decisões que se

manifestam nas estruturas organizacionais das comunidades locais. Em todos os casos, serão garantidas medidas de biossegurança nestes espaços de encontro, seguindo os protocolos das autoridades nacionais e locais e das instituições executoras. Além disso, o Projeto estará em constante atualização em relação ao impacto da Covid 19 na Bacia do Putumayo- Içá a partir dos relatórios oficiais das autoridades nacionais de cada país. A Figura 3 mostra o mapa de afetação da Covid 19 preparado a partir das informações oficiais disponíveis em 1º de novembro de 2020 para cada país.



**Figura 3.** Afetação da COVID 19 na Bacia do Putumayo-Içá. Elaboração própria - WCS, a partir das seguintes fontes e datas de corte de informação: Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - Brasil (22 de setembro de 2020), Ministério da Saúde Pública - Equador (2 de novembro de 2020), Ministério da Saúde - Peru (20 de outubro de 2020) e Ministério da Saúde e Proteção Social - Colômbia (26 de outubro de 2020).

Por outro lado, a geração e divulgação de mensagens e peças de comunicação a serem promovidas nos canais de comunicação identificados na Fase 2 (rádio, redes sociais, aplicativos de mensagens instantâneas, entre outros, Tabela 19) continuará e serão desenvolvidas peças adicionais conforme mostra a Tabela 18, que também serão divulgadas por meio das páginas e redes sociais das entidades sociais do Projeto. Além disso, no caso da Colômbia, as seguintes organizações serão contactadas nesta fase: OPIAC, Asociación de Capitanes Indígenas Mirití, ACILAPP, ATICOYA (Asociación Tikuna, Cocama y Yagua), ACIPS, APKAC, Asociación PANI, ACITAM; AZCAITA, CRIMA, OIMA e AINZA.

Durante esta fase, além de enfatizar aspectos fundamentais do projeto como seu objetivo, componentes e benefícios, serão socializados os potenciais riscos e impactos identificados, bem

como as correspondentes medidas propostas para mitigá-los e que foram consolidadas em instrumentos de projeto como o MGAS e o Marco de Planejamento com Povos Indígenas. Nesse sentido, para cada ator, uma linguagem, abordagem e mensagens específicas serão definidas com referências particulares que lhes permitam se apropriar do projeto de forma natural, a partir da identificação das vantagens, benefícios e incentivos de participar dele. Por outro lado, o site do projeto continuará a ser fortalecido como um espaço para receber observações, dúvidas e preocupações do público em geral, posicionando esta ferramenta como um dos principais mecanismos de comunicação interativa permanente. Por último, é importante destacar que uma vez realizada a socialização do Projeto de acordo com o disposto nas Fases 2 e 3, os instrumentos correspondentes do projeto serão atualizados com os processos e resultados finais da socialização.

*Tabela 19. Meios e canais de socialização presencial do Projeto com as comunidades indígenas e locais.*

<b>Linhas discursivas para a construção das mensagens</b>	<b>meios de comunicação</b>	<b>Materiais de comunicação</b>
Base de conhecimento do projeto e conceitos-chave associados.	Workshops Website	Apresentações Mapas
Benefícios e oportunidades decorrentes do Projeto para as comunidades.	Redes sociais Material impresso Rádio	Folheto Resumos executivos Pôsteres Peças informativas para redes sociais Vídeos curtos Peças para rádio
Medidas propostas para mitigar riscos e impactos potenciais	Workshops Material impresso	Infográficos Apresentações

#### **4.4 Participação durante a implementação do Projeto.**

Garantir a participação oportuna e efetiva das partes interessadas é fundamental para alcançar resultados favoráveis para as partes interessadas. Portanto, a implementação do projeto, assim como sua formulação, continuarão a ser realizadas de forma altamente participativa com essas partes, sob o modelo de diálogos, consensos e construção participativa. Com o exposto, espera-se gerar e consolidar uma relação colaborativa e de confiança com os diversos atores, estimulando-os a interagir, dialogar e compartilhar conhecimentos. Com base nesta abordagem, entre os principais objetivos a serem alcançados está o de procurar controlar as expectativas dos diversos stakeholders através de uma boa comunicação e de um acordo firme sobre o âmbito regional e as limitações do projeto, valorizando continuamente a participação diversificada e inclusiva na tomada de decisões como eixo de comunicação aberta e transparência, garantindo que o Projeto comece e seja legitimamente implementado.

Para tanto, o Projeto partirá do reconhecimento dos povos indígenas, afrodescendentes e comunidades locais, como partes interessadas, associadas e titulares de direitos, que desempenham um papel importante em termos de uso sustentável, gestão e conservação do meio ambiente. Neste sentido, o Projeto garantirá a facilitação e geração de espaços próprios de trabalho e discussão com as partes beneficiárias do projeto, que serão concebidos e implementados de acordo com a sua cultura, tempos e estruturas organizacionais. Da mesma forma, procurará incluir com atenção especial as mulheres, os idosos e os jovens, tanto indígenas como outras comunidades locais, no reconhecimento do seu papel na manutenção, recuperação e transferência dos conhecimentos tradicionais, apoiando a sua inclusão e promovendo a sua participação e de outros especialistas tradicionais nas diferentes atividades do Projeto. O texto acima será acompanhado de material informativo, que poderá ser preparado nas línguas nativas conforme acordado.

Por outro lado, será promovida a participação de representantes indígenas, oficialmente delegados pelos respectivos povos, nos diversos espaços decisórios do Projeto, como o Comitê Técnico e o Comitê Gestor Regional - RSC, aspecto fundamental para levar em consideração seus interesses e orientação de atividades com base em suas realidades culturais.

Por fim, para garantir que todas as partes interessadas possam expressar suas dúvidas, questionamentos e comentários sobre a implementação do Projeto, será estabelecido um mecanismo para atender às queixas e reclamações, descritas a seguir no Capítulo 5.

## **5. Mecanismo de atenção a queixas e reclamações**

De forma a dirimir as dúvidas, preocupações e reclamações que possam surgir tanto na preparação como na implementação do Projeto, existirá um Mecanismo de Atenção a Queixas e Reclamações - MAQR, que visa reforçar a participação direta das partes interessadas. O MAQR também vinculará o WCS e os Mecanismos Globais de Reclamações do próprio Banco Mundial, e sua implementação é concebida como um processo de melhoria que será aperfeiçoado em seu desempenho. Nesse sentido, o objetivo do MAQR é fornecer um mecanismo para as pessoas ou comunidades afetadas, e outras pessoas com conhecimento das circunstâncias, apresentarem queixas e reclamações de boa fé sobre os impactos do Projeto; fornecer uma estrutura que garanta que as queixas e reclamações sejam tratadas, respondidas e documentadas de maneira justa e oportuna. O anterior também permitirá a obtenção de insumos para melhorar a implantação e os resultados do Projeto, e evitar a geração de conflitos, respondendo às reclamações e sugestões com agilidade, sempre atuando sob os seguintes princípios:

- Liberdade de expressão,
- Respeito pela cosmovisão dos povos indígenas,
- Transparência e acessibilidade, fortalecendo as rotas de participação das partes interessadas e disponibilizando informações de acesso público sobre as abordagens do MAQR,
- Legitimidade, proporcionando segurança e fortalecendo a governança,
- Equidade, com ênfase em grupos vulneráveis com menos oportunidades, como povos indígenas e afrodescendentes, mulheres e jovens, entre outros.

### **5.1 O que é queixa e reclamação?**

Para os fins do MAQR, uma queixa e reclamação serão entendidas como a apresentação de uma reclamação feita de boa fé sobre o Projeto e suas atividades em que haja motivos razoáveis para acreditar que está contribuindo ou causando abusos dos direitos humanos ou violações de direitos humanos de indivíduos ou comunidades<sup>17</sup>. É importante observar que isso pode ser feito de forma anônima, portanto, informações não públicas, confidenciais e / ou pessoalmente identificáveis serão tratadas da forma mais confidencial possível, dependendo das circunstâncias. Nos casos em que o registro de uma queixa e reclamação envolva riscos para o denunciante, a WCS responderá de forma a proteger sua privacidade e garantir a confidencialidade das informações fornecidas, ao mesmo tempo que permite que qualquer reclamação confirmada seja corrigida adequadamente. Em certas circunstâncias, a WCS pode ser legalmente obrigada a divulgar as informações fornecidas de acordo com o MRA.

---

<sup>17</sup> O termo "direitos humanos" refere-se aos direitos contidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos e descritos nas políticas da WCS.

## **5.2 Quem pode registrar uma queixa ou reclamação?**

O MAQR estará à disposição de qualquer interessado, em qualquer momento do ciclo de vida do projeto, entendido conforme definido no capítulo 3 deste documento. A Unidade de Coordenação do Projeto - PCU será responsável por socializar o MAQR para as diferentes partes interessadas, com atenção especial às comunidades indígenas e locais e outras populações mais vulneráveis, nos diferentes espaços de trabalho conjunto que são realizados a partir de o início da implementação do Projeto.

## **5.3 Como prestar queixa e reclamação?**

Para iniciar o processo, estarão disponíveis os seguintes canais de acesso, que serão compartilhados entre os interessados:

- (i). acolhimento pessoal, por meio de lideranças e representantes das organizações e sistemas de governança dos povos indígenas e comunidades locais; que, por sua vez, apresentará o caso à UCP; contribuindo assim para um feedback adequado à cultura e costumes dos povos indígenas e afrodescendentes para a resolução de divergências. Nesse ponto é importante destacar que os líderes e representantes serão capacitados e vinculados ao funcionamento do MAQR, de tal forma que constituam um apoio fundamental para a recepção de queixas e reclamações verbalmente, por escrito, por e-mail e/ou através dos websites do Projeto e das entidades parceiras que serão definidos antes do início das atividades do projeto.
- (ii). apresentação de queixas e reclamações por escrito por e-mail e / ou através das páginas do Projeto e das entidades parceiras que serão definidas antes do início das atividades do projeto. No que se refere ao site do Projeto, ele contará com um link denominado “Fale Conosco”, que hospedará um formulário para qualquer interessado registrar suas queixas e reclamações. Após o cadastro, será gerada uma resposta automática confirmando o recebimento da solicitação, gerando um número de registro e informando que a resposta será dada em um prazo máximo de 15 dias úteis. Este mecanismo também permitirá a proteção da identidade das pessoas, uma vez que não é obrigatório o preenchimento dos campos nome, carteira de identidade e local de residência,
- (iii). Por telefone, para as linhas habilitadas para este fim e que serão definidas antes do início das atividades do projeto.

Para realizar a respetiva investigação e gerar uma resposta adequada de forma personalizada, propõe-se ter as seguintes informações:

- Nome(s), afiliação(ões), endereço (s) e outras informações de contato do reclamante e / ou seu(s) representante(s). Os representantes devem identificar a(s) pessoa(s) em cujo nome a queixa e reclamação estão sendo feitas e fornecer evidências de sua autoridade para representar essa- (s) pessoa- (s). Em qualquer caso, é reiterado que quem denuncia pode permanecer anônimo. No entanto, é importante observar que denúncias anônimas podem limitar a capacidade das entidades parceiras de investigar e responder adequadamente à queixa e reclamação.
- Uma descrição dos fatos, circunstâncias e eventos específicos que deram origem à queixa e reclamação: local, data, hora, nomes e descrições das pessoas envolvidas, declarações feitas incluindo citações exatas quando possível, ações observadas ou testemunhadas e nomes ou descrições de quaisquer testemunhas. Quanto mais específicas e detalhadas forem as informações fornecidas, mais completas e eficazes serão as investigações e respostas.

- Uma explicação dos danos sofridos e como os direitos de um indivíduo ou comunidade foram violados. Quem quer que denuncie uma queixa ou reclamação pode se referir a códigos de conduta, normas, políticas ou outras estruturas relevantes para o caso e, quando aplicável, deve descrever quaisquer esforços para resolver o caso por meio de outros mecanismos de reparação disponíveis.
- Uma descrição do reparo solicitado, quando relevante ou apropriado.

#### 5.4 Como as queixas e reclamações são tratadas?

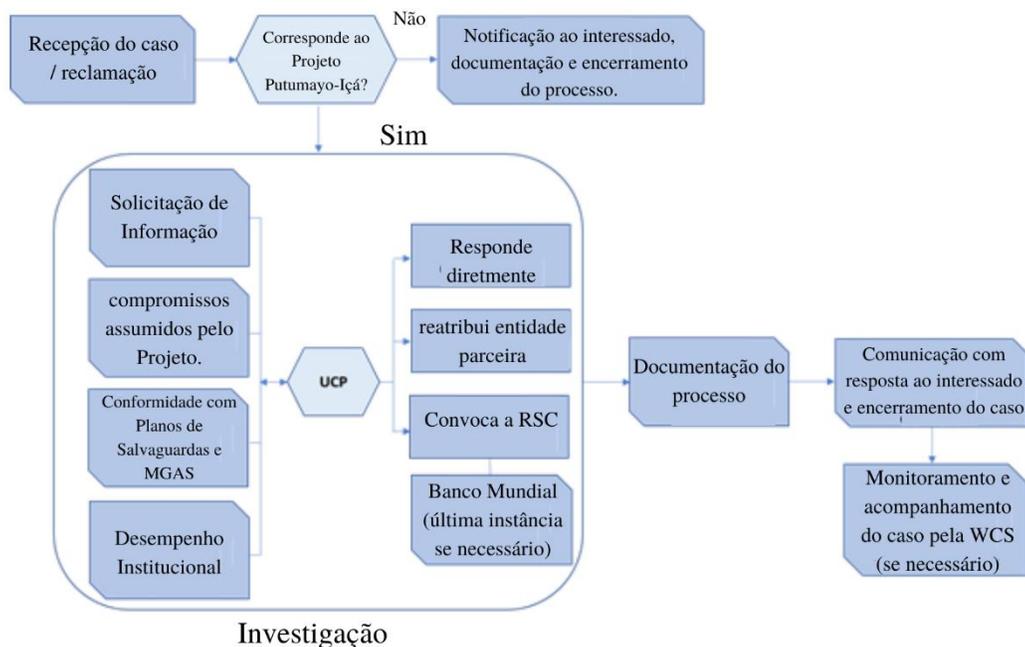


Figura 4. Esquema de análise, resposta e encerramento de queixas e reclamações recebidas no MAQR do Projeto Putumayo-Içá.

Assim que um caso é recebido, ele é encaminhado à UCP, que desenvolverá um plano de revisão apropriado para a localização, natureza, gravidade e complexidade da queixa e reclamação. Este plano definirá o processo de investigação e resposta, incluindo as seguintes etapas:

- Investigação:** Todas as queixas e reclamações serão classificadas em duas grandes categorias: "Correspondem ao Projeto Putumayo-Içá" ou "Não correspondem ao Projeto Putumayo-Içá", sendo esta classificação de responsabilidade da UCP, chefiada pelo Coordenador do Projeto e da área social e proteções. Os casos classificados como "Correspondem" serão reclassificados nas seguintes categorias, de acordo com sua natureza:
  - *Solicitação de informações:* refere-se às declarações que levantam dúvidas sobre responsabilidades ou datas de execução das atividades,
  - *Compromissos assumidos pelo Projeto,* referentes à aplicação dos protocolos ou planos estabelecidos para a implementação das diferentes atividades do Projeto, tais como Oficinas, Treinamentos, Assistência Técnica, Atividades de Intervenção, Monitoramento e Acompanhamento.

- *Conformidade do Projeto nos Planos de Salvaguardas e Estrutura de Gestão Ambiental e Social,*
- *Desempenho institucional, que inclui todas as propostas recebidas em relação ao desempenho das instituições parceiras do Projeto.*

Por outro lado, as reclamações que forem consideradas falsas, frívolas ou apresentadas com intenção maliciosa serão classificadas como "Não correspondem", a qual será rejeitada e excluída de qualquer consideração posterior e os interessados serão notificados da determinação feita, levando no respectivo encerramento do processo. A investigação pode incluir entrevistas com o pessoal do Projeto, testemunhas e pessoas afetadas (na medida do possível e apropriado), revisão da documentação relevante e outros materiais, tirar fotografias, bem como outras informações coletadas para determinar a base factual do caso.

- Documentação:** todos os casos processados no MAQR serão documentados e rastreados. Os resultados da investigação e quaisquer recomendações para resolução ou ação corretiva serão documentados por escrito.
- Comunicação:** O relator será notificado de que a reclamação foi recebida e um ponto de contato será identificado. Ao finalizar a investigação, os resultados da investigação e as ações pertinentes serão comunicados através dos mecanismos que informou para receber uma resposta.
- Monitoramento:** se assim for recomendado no relatório de investigação do caso, a WCS monitorará a implementação das ações corretivas tomadas e documentará o progresso.

Para qualquer reclamação apresentada, a resposta não pode exceder 15 dias úteis. Em caso de atraso, os interessados serão notificados explicando os motivos do atraso e o prazo para resposta.

De acordo com a natureza do caso, a UCP avaliará a viabilidade de abordar e resolver diretamente. Se necessário, a UCP poderá contar com entidades parceiras para complementar a resposta a uma queixa e reclamação ou irá reatribuí-la diretamente, sendo neste último caso da responsabilidade da entidade parceira assumir o processo e dar a respectiva resposta nos horários definidos, sempre informando a UCP. Por outro lado, se a gravidade do caso o justificar, o Coordenador da UCP poderá convocar de forma extraordinária o RSC<sup>18</sup>, perante o qual será apresentada toda a documentação necessária ao apoio à tomada de decisão.

Em qualquer caso, as comunidades e os indivíduos que consideram que são afetados negativamente por um projeto apoiado pelo Banco Mundial também podem enviar suas reclamações diretamente ao Banco por meio do Serviço de Reparação de Reclamações através dos seguintes canais:

- Por e-mail: [grievances@worldbank.org](mailto:grievances@worldbank.org)
- Por fax: +1.202.614.7313
- Por correio: Banco Mundial, Grievance Redress Service, MSN MC10-1018, 1818 H Street Northwest, Washington, DC 20433, EUA.

Por fim, é importante destacar que a UCP, em todos os casos, deve documentar todo o processo de queixa e reclamação, gerar o respectivo relatório ao RSC e consolidar as informações nos relatórios semestrais enviados ao Banco Mundial.

---

<sup>18</sup> Como parte dos arranjos institucionais do Projeto, o RSC será responsável por sua supervisão geral, e será composto pelos pontos focais operacionais do GEF de cada país ou seus delegados (SEMA no caso do Brasil) e WCS que atuará como a Secretária do Comitê.

## 6. Implementação, acompanhamento e monitoramento do SEP

Para a implementação do SEP, o trabalho será feito em conjunto com os pontos focais de cada país e as respectivas instituições parceiras, de forma a garantir os processos de participação das partes interessadas. Além disso, WCS terá um especialista social e de salvaguardas para apoiar a implementação e monitoramento das ações propostas. A Tabela 19 mostra as responsabilidades dos diferentes atores em relação à implementação do SEP.

Tabela 20. Responsabilidades dos principais parceiros/intervenientes na implementação do SEP.

Ator/Stakeholder	Responsabilidades
<b>UCP (Unidade de Coordenação do Projeto) e Especialista Social e de Salvaguardas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Planejamento, execução e acompanhamento e monitoramento do SEP.</li> <li>- Reporte ao RSC.</li> <li>- Gerenciamento e operação do MAQR.</li> <li>- Coordenação / supervisão da atuação das contratadas.</li> <li>- Apresentação de relatórios ao Banco Mundial.</li> <li>- Elaboração de propostas de melhorias na implantação do Projeto frente à participação e relacionamento com as partes interessadas.</li> </ul>
<b>WCS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acompanhamento do processo de consulta e participação das partes interessadas.</li> <li>- Supervisionar o cumprimento das diretrizes e orientações do SEP e MGAS.</li> <li>- Acompanhamento ao MAQR.</li> <li>- Monitoramento e seguimento dos casos resolvidos pelo MAQR.</li> <li>- Contribuir na preparação e validação de relatórios para o RSC (WCS).</li> </ul>
<b>Pontos focais e parceiros do projeto</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apoio na estruturação e implantação do SEP.</li> <li>- Gerenciamento das respostas MAQR, de acordo com sua competência.</li> </ul>
<b>Partes interessadas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Participação ativa no Projeto.</li> <li>- Apoiar o caráter inclusivo e correta implementação do Projeto, fazendo uso do MAQR e dos espaços de participação definidos no SEP.</li> </ul>

No que diz respeito ao acompanhamento e monitorização do cumprimento do SEP, incluindo o MAQR, contará também com o apoio do Especialista Social e de Salvaguardas, em coordenação com a UCP. Esta equipe prestará contas ao RSC no âmbito das reuniões semestrais desta Comissão, ou de forma extraordinária a pedido de uma das suas partes. Também irá gerar relatórios para o Banco Mundial, de acordo com os períodos de relatórios semestrais de progresso técnico e financeiro do Projeto. Em ambos os processos, serão anexados os respectivos suportes que dão conta do andamento e implementação do SEP (memórias de sessões de trabalho e treinamentos com partes interessadas no MAQR, documentação dos casos processados através do MAQR, entre outros) e vão propor sugestões para melhorias para garantir a participação efetiva das partes interessadas e a prevenção de conflitos com as mesmas. Por outro lado, o Projeto possui um Sistema de Monitoramento, no qual são definidos indicadores para monitorar a participação das partes afetadas e os relatórios recebidos e atendidos no MAQR. Nesse sentido, para o monitoramento e acompanhamento do SEP, estão disponíveis os seguintes indicadores, a serem reportados semestralmente pela WCS (Tabela 20):

Tabela 21. Indicadores associados à implementação do SEP.

Nome do indicador	Linha de base	Objetivo	Fonte
Beneficiários diretos desagregados por gênero como um co-benefício do investimento do GEF (Número)	0	5.000	Relatórios de projeto
Mulheres beneficiárias diretas como co-benefício do investimento do GEF (%)	0	45	Relatórios de projeto
Reclamações registradas relacionadas à entrega dos benefícios do Projeto que são resolvidas (%)	0	100	MAQR

## **7. Orçamento**

A UCP irá estruturar um orçamento para o momento da Avaliação, que indicará os recursos financeiros e o pessoal necessários para cada uma das atividades a serem implementadas no âmbito do SEP. Definirá também os mecanismos para controlar a execução orçamental e fazer o relatório financeiro ao Banco Mundial a cada semestre.

## Anexos

### Anexo 1. Lista das Unidades Político-Administrativas envolvidas no projeto

País	Unidades Político-Administrativas
Brasil	Estado: Amazonas Municípios: Amaturá, Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença, Tabatinga, Benjamim Constant, Tonantins.
Colômbia	Municípios: El Encanto, La Chorrera, Leticia, Puerto Alegría, Puerto Arica, Puerto Nariño, Puerto Santander, Tarapacá, Córdoba, Funes, Ipiales, Potosí, Puerres, Pasto, Colón, Mocoa, Orito, Puerto Asís, Puerto Caicedo, Puerto Leguizamo, San Francisco, San Miguel, Santiago, Sibundoy, Valle del Guamuéz, Villagarzón.
Equador	Paróquias: El Dorado de Cascales, Santa Rosa de Sucumbios, Sevilla, Cuyabeno, Puerto Libre, Dureno, General Farfan, Jambeli, Nueva Loja, Pacayacu, Santa Cecilia, Palma Roja, Puerto Bolívar, Puerto el Carmen del Putumayo, Puerto Rodríguez, Santa Elena, Rosa Florida.
Peru	Distritos: Putumayo, Rosa Panduro, Teniente Manuel Clavero, Yaguas.

### Anexo 2. Marco legal do Brasil, Colômbia, Equador e Peru, na participação, acesso à informação e consulta livre e informada aos povos indígenas.

País	Temática das normas	
	Participação e acesso à informação	Consulta livre e informada com os povos indígenas
Brasil	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Lei de Acesso à Informação Ambiental (Lei nº 10650/2003)</li> <li>- Lei das Águas (Lei Federal nº 9.433 / 1997)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Constituição Política, capítulo “Dos Índios” e artigo 68º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias</li> <li>- Decreto Legislativo que ratifica a Convenção 169 (Decreto nº 143/2002).</li> <li>- Protocolos de consulta regional</li> </ul>
Colômbia	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Lei de Vigilância Cidadã (Lei nº 850/2003)</li> <li>- Lei da Transparência e do Direito de Acesso à Informação (Lei nº 1712/2014)</li> <li>- Lei Estatutária da Participação (Lei nº 1757/2015)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Constituição Política, artigos 1, 7, 63, 287, 329 e 330.</li> <li>- Lei que aprova a Convenção 169 (Lei 21/1991)</li> <li>- Decreto nº 1397/1996.</li> <li>- A Portaria nº 001/2010, estabelece as ações que requerem consulta, as que não requerem, e os mecanismos para a sua realização.</li> <li>- O Decreto 2893/2011 cria a Direção de Consulta Prévia do Ministério do Interior.</li> <li>- Decreto 2.613 / 2013 e Diretriz Presidencial 10/2013 que regulamenta indiretamente a consulta prévia.</li> <li>- Protocolos de povos indígenas e comunidades afrodescendentes para o relacionamento.</li> <li>- Sentença do Tribunal Constitucional T-063/19</li> </ul>
Equador	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Lei Orgânica da Participação Cidadã (2010)</li> <li>- Lei Orgânica de Transparência e Acesso à Informação Pública (Lei n.º 24/2004)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A Constituição Política do Equador, seus artigos 56 º, 57 º e 398 º, reconhece expressamente o direito à consulta.</li> <li>- Resolução N º 304/1998 que ratifica a Convenção 169.</li> <li>- Decreto 1247/2012, regulamento para a execução de consulta prévia livre e informada em licitações e alocação de áreas e blocos de hidrocarbonetos.</li> </ul>

		- Critérios estabelecidos pelo Tribunal Constitucional (março de 2010), para consulta prévia
Peru	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Lei nº 26300/1994 sobre Participação Cidadã e Direitos de Controle.</li> <li>- Lei de Transparência e Acesso à Informação Pública (N ° 27806/2002)</li> <li>- Lei-Quadro do Sistema Nacional de Gestão Ambiental (Lei n.º 28245/2005).</li> <li>- Lei Orgânica dos Governos Regionais (Lei N ° 27867/2003 e Lei N ° 28056/2003).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Constituição Política, artigos 2, 19, 88, 89, 149 e 191, sobre os direitos dos povos indígenas.</li> <li>- Resolução Legislativa nº 26253/1993 que aprova a Convenção 169.</li> <li>- Lei sobre o direito de consulta prévia aos povos indígenas ou nativos (N ° 29785/2011)</li> <li>- Regulamento da Lei do Direito de Consulta Prévia dos Povos Indígenas ou Nativos (Decreto Legislativo nº 001-2012-MC / 2012)</li> </ul>

### Anexo 3. Putumayo - Relatório de socialização do seminário virtual de Içá: Rumo a uma gestão integrada da bacia e dos seus recursos

- **Data:** 4 de Fevereiro de 2021
- **Organizado por:** [Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Colômbia](#), [Ministério do Meio Ambiente e Água do Equador](#), [Ministério do Meio Ambiente do Peru](#), [Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Amazonas](#), e [Wildlife Conservation Society](#) juntamente com [PID Amazonia](#). Facilitador: Charo Lanao.
- **Objetivos do webinar:**
  - Socializar os antecedentes, objetivos, benefícios e oportunidades do projeto.
  - Receber feedback sobre a informação fornecida, assim como preocupações, sugestões e contribuições.
  - Partilhar o website do projeto e os canais para abordar questões e comentários.
- **Agenda:**
  - Apresentação do projeto.
  - Painel - apresentações por: Padu Franco, Diretor Regional da AAO, WCS, Catalina Gutierrez, Diretor de Programa da Colômbia, WCS, Edwin Agudelo, SINCHI, Colômbia, Dallas Gonzalez, MINAM, Peru, Luis Borbor, MAAE, Equador e George Rebelo, Brasil.
  - Espaço para perguntas
  - Encerramento
- **Meios de difusão:** [Webinar](#) no Facebook Live e zoom
- **Meios de recebimento de perguntas, comentários, sugestões:**
  - [Forma](#)
  - Website: [Bacia Putumayo-Içá](#)
  - Email: [contacto@cuencaputumayoica.com](mailto:contacto@cuencaputumayoica.com)

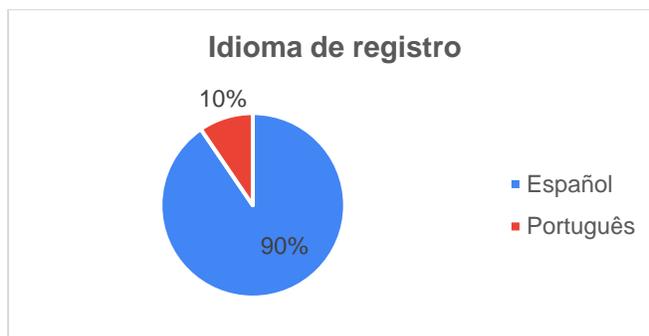
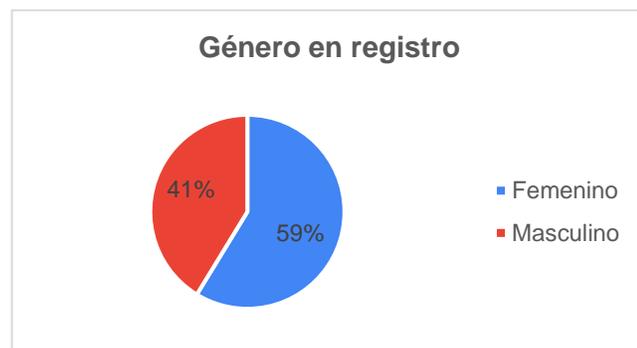
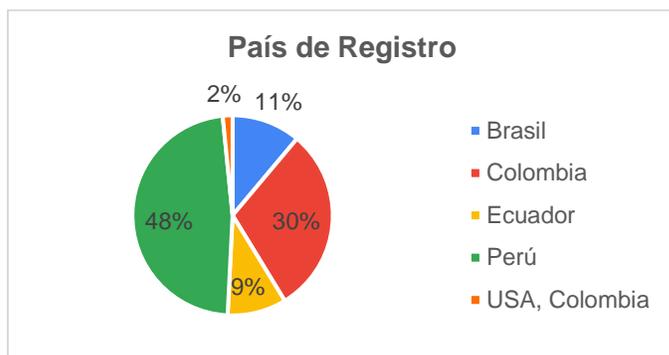
#### Resultados do webinar:

- Total participantes (Zoom + Facebook Live) = 153
- Zoom: Total de participantes (mais de 30 minutos de conexão) = 101, Total de ligações realizadas = 151, Duração média da conexão (do total de participantes) = 58,3 minutos

- Facebook live: Número máximo de espectadores ao vivo = 52 pessoas, Interações = 251, Pessoas alcançadas = 1,582.

De acordo com os registros de presença no formato Google que distribuimos na chamada, os seguintes resultados puderam ser encontrados:

- Registros de participação total: 63



- Instituições registadas:

Amazon Conservation Team

ANA

Anecap

Asociación de Autoridades Tradicionales Mesa Permanente de trabajo por el Pueblo Cofán

Aunap

CAM

CORPOAMAZONIA

CSM E P

FECONAFROPU - PERU ESTRECHO PUTUMAYO.

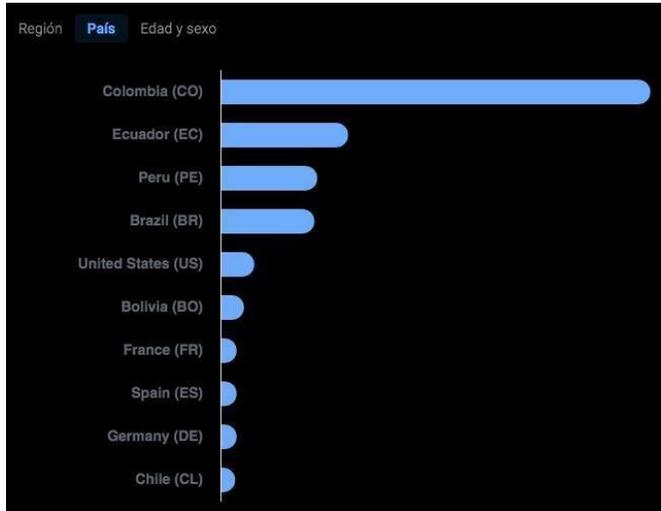
Field Museum

Fiscalía Especializada en Materia Ambiental (FEMA)  
FONAKISE (de la nacionalidad Kichwa de Sucumbíos)  
Independiente  
Instituto del Bien Común  
Instituto Geofísico del Perú  
MINAM  
Ministerio de Ambiente y Agua  
Ministerio de Ambiente y Desarrollo Sostenible  
Ministerio del Ambiente  
Ministerio del Ambiente (OEFA) - Perú  
Museo de Historia Natural  
Natura & Co  
natura cosméticos  
OCIBPRY BAJO PUTUMAYO - YAGUAS  
OEFA  
Organización de la Nacionalidad Indígena Siona del Ecuador  
Parque Nacional Natural La Paya  
Parques Nacionales Naturales de Colombia  
PEBDICP-MIDAGRI Proyecto Especial Binacional Desarrollo Integral de la Cuenca del Río Putumayo  
PEDICP  
PNN - Dirección Territorial Amazonia  
Programa Nacional de Conservación de Bosques para la Mitigación del Cambio Climático.  
Promotores ambientales comunitarios PACOA  
Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA/AM  
Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Inovação  
SERNANP  
Sociedad Zoologica de Francfort  
UEA  
UNALM  
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

Universidade Federal de Juiz de Fora

World Wildlife Fund, Inc. - Peru

### Resultados Facebook Live



← Público e interacción ▾

---

👍 Interacción con la publicación 178 >

---

😊 Interacción con el video >

---

👤 Público principal Mujeres, 25-34 >

---

🌐 Lugar principal Distrito Especial >

**Este video se usa en 1 publicación**

Publicaciones ⓘ	Fecha de publicación	Alcance estimado	Reproducciones de video de 3 segundos	Reproducciones de video de 10 segundos	Reproducciones de video únicas de 3 segundos	Interacción con la publicación	Tiempo promedio de reproducción del video
PID Amazonía PUTUMAYO-ICÁ HACIA EL MAN...	● 04/02/2021 14:57	3.1 mil	1 mil 100%	457 100%	890	178	1:31 / 01:35:27

**Reproducciones de video totales de 3 segundos en Facebook: 1 mil ⓘ**

**Detalles del video**

**PID Amazonía: PUTUMAYO-ICÁ HACIA EL MANEJO INTEGRADO DE LA CUENCA Y SUS RECURSOS...**

Facebook Live del proyecto PUTUMAYO-ICÁ: HACIA EL MANEJO INTEGRADO DE LA

**Rendimiento total del video** Se muestra todo

- 👁️ Número máximo de espectadores en vivo 52 >
- 🕒 Minutos reproducidos 4,119 >
- 📺 Reproducciones de video de 1 minuto 160 >
- 📺 Reproducciones de video de 10 segundos 457 >
- 📺 Reproducciones de video de 3 segundos 1,012 >
- 🕒 Tiempo promedio de reproducción del video 1:31 >
- 👤 Retención del público >

**Lista de participantes do webinar:**

Nome:	Sobrenome:	Gênero:	País:	Instituição:	Cargo:	E-mail:
Rosario	Gómez	Femenino	Colombia	WCS	Consultora	rogomezs78@gmail.com

Mariana Pereira de Almeida	Cohen	Femenino	Brasil	Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Inovação	Assessora	mcohen@sedecti.am.gov.br
Guillermo	Estupiñan	Masculino	Brasil	WCS	Especialista Recursos pesqueros	gestupinan@wcs.org
Mario Paolo	Menendez	Masculino	Perú	Ministerio del Ambiente	Especialista	mmenendez@minam.gob.pe
Cynthia Julliana	Vergaray Garcia	Femenino	Perú	SERNANP	Especialista en Manejo de Recursos	cvergarayg@sernanp.gob.pe
Xiomara	Forero	Femenino	Colombia	Parques nacionales naturales de Colombia	Bióloga	xiomarajuleidy86@gmail.com
Valentina	Cardona	Femenino	Colombia	Amazon Conservation Team	Ecóloga proceso Pueblos Indígenas en Aislamiento y Contacto Inicial	vcardona@actcolombia.org
Javier	Cuellar	Masculino	Colombia	Amazon Conservation Team	Profesional de campo	ejavic@hotmail.com
Alejandra Graciela	Martínez Grimaldo de Takahashi	Femenino	Perú	Instituto Geofísico del Perú	Investigadora científica asociada	amartinez@igp.gob.pe
Emilia	Trueba	Femenino	Ecuador	Independiente	Médico Veterinario	emiliatruebar@gmail.com
Carolina	Escobar Victoria	Femenino	Colombia	Banco Mundial	Consultora social	cescobarvictoria@worldbank.org
Aderly Andrés	Yap Arévalo	Masculino	Perú	Fiscalía Especializada en Materia Ambiental (FEMA)	Responsable de la Unidad de Monitoreo Satelital	aderly.yap@pucp.pe
Carlos Fernando	León Quintero	Masculino	Colombia	Parques Nacionales Naturales de Colombia	Orientador gestión frontera - Dirección Territorial Amazonia	gestionfronteras.dtam@parquesnacionales.gov.co
María Eugenia	Arroyo Osso	Femenino	Perú	World Wildlife Fund, Inc. - Peru	Coordinadora de Monitoreo y Evaluación	me.arroyo@wwfperu.org
Carlos	Sornoza Moran	Masculino	Ecuador	CSM E P	Tecnico	forestal.usuarios.2018@gmail.com
Carolina	Rojas	Femenino	Colombia	Banco Mundial	Especialista Ambiental	crojasorjuela@worldbank.org
JEFFERSON	RODRIGUES DE QUADROS	Masculino	Brasil	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS	PROFESSOR	quadros.jefferson@gmail.com
Ana Rosa	Sáenz Rodríguez	Femenino	Perú	Instituto del Bien Común	Coordinadora regional Loreto	anarositasaez@gmail.com

Mayra	Romero	Femenino	Ecuador	WCS Ecuador	Especialista de Comunicación	mromero@wcs.org
Adriana del Pilar	Reina Quintero	Femenino	Colombia	Banco Mundial	Consultora Ambiental	areinaquintero@worldbank.org
Juan Camilo	Padilla	Masculino	Colombia	natura cosméticos	líder proyecto Amazonía viva región andina	juanpadilla@natura.net
Fátima	García Figueroa	Femenino	Perú	WCS	consultora	fgfigueroa@gmail.com
Marina	Quintero Meaguaje	Femenino	Colombia	Asociación de Autoridades Tradicionales Mesa Permanente de trabajo por el Pueblo Cofán	Secretaria ejecutiva	marinaquintero11@gmail.com
Claudia Astrid	Núñez Prieto	Femenino	Colombia	Parques Nacionales Naturales de Colombia-MADS	Profesional Especializado 2028-16 Asuntos Internacionales y Cooperación	claudia.nunez@parquesnacionales.gov.co
Tatiana Zarella	Pequeño Saco	Femenino	Perú	MINAM	Directora de Monitoreo y Evaluación de los Recursos Naturales del Territorio	tpequeno@minam.gob.pe
Jenny Lorena	Ortiz Ramírez	Femenino	Colombia	Aunap	Profesional contratista	jennylorena@gmail.com
Maricela	Granda	Femenino	Ecuador	Organización de la Nacionalidad Indígena Siona del Ecuador	Técnico Especialista de Ambiente y Territorio	marigranda93@gmail.com
Fátima	García Figueroa	Femenino	Perú	WCS	consultora	fgfigueroa@gmail.com
Daniel	Sumalavia	Masculino	Perú	Banco Mundial	Consultor	dsumalaviacasuso@worldbank.org
Renata	Silva Cunha	Femenino	Brasil	Natura & Co	Coordinadora de Suministros de las Cadenas de la Sociobiodiversidad	renatacunha@natura.net
Nadesda	Cortez Farfan	Femenino	Perú	SERVICIO NACIONAL DE ÁREAS NATURALES PROTEGIDAS POR EL ESTADO - PERU	Especialista de la Unidad Operativa Funcional de Gestión Participativa	nadesda31cortez@gmail.com
Ayub	Borges	Masculino	Brasil	Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA/AM	Assessor Técnico	amarques@sema.am.gov.br
Leydi Marcela	Carvajal Álvarez	Femenino	Colombia	Promotores ambientales comunitarios PACOA	Coordinador	promotoresambientalescomunitarios@gmail.com

Cesar Gregorio	Espiritu Limay	Masculino	Perú	UNALM	Estudiante de maestría	unicesar.espiritu.limay@gmail.com
Luciana Roberta Sarmiento	silva	Femenino	Brasil	ANA Brasil	Especialista en Recursos Hídricos	luciana.sarmiento@ana.gov.br
Farah	Carrasco Rueda	Femenino	Perú	Field Museum	Coordinadora Corredor Biocultural del Putumayo	fcarrasco@fieldmuseum.org
Roberto	Chavez	Masculino	Perú	Ministerio del Ambiente	Especialista en Gestión de la Información	rchavez@miam.gob.pe
Claus	Garcia	Masculino	Perú	Sociedad Zoologica de Francfort Perú	Coordinador	claus.garcia@fzs.org
SOCORRO DEL PILAR	VIVANCO LÓPEZ	Femenino	Perú	INSTITUTO GEOFÍSICO DEL PERÚ	ESPECIALISTA DE INVESTIGACIÓN	svivanco@igp.gob.pe
Frida Ximena	Camarino Menéndez	Femenino	Perú	ninguno	estudiante	xcamarinomenendez@gmail.com
José Luis	Naula	Masculino	Ecuador	Ministerio del Ambiente y Agua del Ecuador - Punto Focal Operativo GEF	Coordinador de Cooperación Internacional	jose.naula@ambiente.gob.ec
Andrea	Borbor	Femenino	Ecuador	Ninguna	Estudiante	sandrineborbor@gmail.com
Jorge Henrique	Da Silva Melgueiro	Masculino	Brasil	UEA	Mestre em Gestão e Regulação em Recursos Hídricos	jorgehenriquemelgueiro@gmail.com
Tatiana	Losada	Femenino	Colombia	PNN - Dirección Territorial Amazonia	Profesional de gestión del conocimiento	gestionconocimiento.dtam@parquesnacionales.gov.co
Erland Juliatt	Terrones Ahuite	Masculino	Perú	Programa Nacional de Conservación de Bosques para la Mitigación del Cambio Climático.	Jefe del Área Zonal Loreto	eterrones@bosques.gob.pe
Ana Lucia	Bermúdez Romero	Femenino	Colombia	Sociedad Zoológica de Frankfurt	Líder Recurso Hidrobiológico	analucia.bermudez@fzs.org
Pablo	Soria Ruiz	Masculino	Perú	PEBDICP-MIDAGRI Proyecto Especial Binacional Desarrollo Integral de la Cuenca del Río Putumayo	Director Ejecutivo	psoriar@gmail.com
Argenis	Lasso	Femenino	Colombia	CORPOAMAZONIA	Directora Territorial Putumayo	argenislasso@corpoamazonia.gov.co

Martha Cristina	Barragán Acosta	Femenino	Colombia	Ministerio de Ambiente y Desarrollo Sostenible	Profesional Especializada-DGIRH	mcbarragan@minambiente.gov.co
Mario	Coquinch e Sanda	Masculino	Perú	FECONAFROPU - PERU ESTRECHO PUTUMAYO.	TESORERO	mairidica75@gmail.com
Catalina	Espinosa	Femenino	Colombia	WCS	Regional Business Manager	cespinosa@wcs.org
Angel	Onofa	Masculino	Ecuador	Ministerio de Ambiente y Agua	Especialista en Bioseguridad	segundo.onofa@ambiente.gob.ec
Antonio	Ramírez Velásquez	Masculino	Perú	Ministerio del Ambiente (OEFA) - Perú	Responsable de Planeamiento	aramirezv@oefa.gob.pe
Eliana	Martinez	Femenino	Colombia	Parques Nacionales Naturales de Colombia	jefe de área protegida	eliana.martinez@parquesnacionales.gov.co
Osiris	Peralta Ardila	Femenino	Colombia	CAM	Profesional especializado	operalta@cam.gov.co
ANIBAL HONORIO	DAHUA ANDI	Masculino	Ecuador	FONAKISE (de la nacionalidad Kichwa de Sucumbíos)	Presidente de la Federación de Organizaciones de la Nacionalidad Kichwa de Sucumbíos-Ecuador (FONAKISE)	honorioandi@gmail.com
Sol Yadira	Torres	Femenino	Colombia	CORPOAMAZONIA	Contratista	solyadira2004@gmail.com
MILLER	NARVAEZ SANTANA	Masculino	Perú	OCIBPRY BAJO PUTUMAYO - YAGUAS	PRESIDENTE	millernarvaes1966@gmail.com
Marcos A.	Ríos Paredes	Masculino	Perú	Universidade Federal de Juiz de Fora	Estudiante de Maestría	marcosriosp@gmail.com
VIVIANA	RAMOS	Femenino	Perú	SERNANP	ESPECIALISTA EN ARTICUALCION TERRITORIAL	vramos@sernanp.gob.pe
GABRIEL	TORRES FLORES	Masculino	Perú	FECONAFROPU -	SECRETARIO	putumayomairidicai@gmail.com
SILVIA SOLEDAD	VALENZUELA REYNA	Femenino	Perú	Museo de Historia Natural	Investigadora asociada	silviavalenzuelar@gmail.com
Galo	Zapata Ríos	Masculino	Ecuador	Wildlife Conservation Society - Ecuador	Director científico	gzapata@wcs.org
Johanna	Garay	Femenino	Perú	Ministerio del Ambiente	Directora	jgaray@minam.gob.pe
JUAN CARLOS	ACEVEDO MANUEL O	Masculino	Perú	OEFA	ESPECIALISTA EN PLANEAMIENTO	OPP38@OEFA.GOB.COM

Alejandra	Calderón Merchán	Femenino	Colombia	Amazon Conservation Team	Profesional Social	acalderon@actcolombia.org
Ana Maria	Gonzalez Velosa	Femenino	USA	Banco Mundial	Especialista ambiental senior	vgonzalez3@worldbank.org
Vanessa	García	Femenino	Colombia	WCS	Program Officer	vgarcia@wcs.org
Mario Alexander	Madrid Ordoñez	Masculino	Colombia	Parque Nacional Natural La Paya	Jefe de AP	alexander.madrid@gmail.com
Fermin	CHIMATANI	Masculino	Perú	Anecap	Presidente	fchimatani@anecapperu.org
maria elena	urriste	Femenino	Argentina	Wildlife Conservation Society	Associate General Counsel	murriste@wcs.org
Teofilo	Torres Tuesta	Masculino	Perú	SERNANP	Jefe del Parque Nacional Yaguas	ttorres@sernanp.gob.pe
Diana	Alvira	Femenino	USA, Colombia	Field Museum	Coordinadora Programa Conservación para el el Bienestar en la Amazonia Andina	dalvira@fieldmuseum.org
Sandra Biviana	Cardona Ospina	Femenino	Colombia	Parque Nacional Natural La Paya	Profesional Universitario	estrategiasespeciales.lapaya@parquesnacionales.gov.co
Elisa	ARMIJOS	Femenino	Perú	Instituto Geofísico del Perú	Investigadora científica	earmijos@gmail.com
Javier	Shupinghua Tangoa	Masculino	Perú	PEDICP	Especialista en Formulación de Proyectos	jstamazonico@gmail.com
Elena	Castro	Femenino	Perú	Ministerio del Ambiente	Coordinadora de la Gestión Integrada de los Recursos Naturales	ecastros@minam.gob.pe
JOSILENE	MONTEIRO JEFFRES	Femenino	Brasil	Secretaria de Estado de Meio Ambiente	Supervisora	josi.bio16@gmail.com